

**VOZES em defesa da fé**

**CADERNO**

**43**

**Julguemos  
os Católicos  
pela Bíblia**



**EDITORA VOZES LTDA.**



**VOZES EM DEFESA DA FÉ**

**CADERNO 43**

# **Julguemos os Católicos pela Bíblia**



**EDITORA VOZES LIMITADA**

**PETRÓPOLIS, RJ**

**1964**



## Se é a respeito da Igreja Católica... pergunte a um Católico!

Isso aí acima é o subtítulo de um folheto publicado por uma Igreja Batista. O título do folheto é: "Pergunte a um Católico!" A origem desse título e a finalidade do folheto são apresentadas nos parágrafos iniciais deste, como segue: "Em meses recentes você sem dúvida terá notado anúncios nos jornais dizendo que todos os que desejem informação prática sobre os ensinamentos da Igreja Católica a "peçam a um católico". "Tomando esse conselho, formularemos aos nossos amigos católicos as dez perguntas seguintes:

1. Onde é que, na Bíblia, se faz menção de rezar a Maria ou aos santos?

2. Onde é que, na Bíblia, é dito que Pedro ou um papa é infalível?

3. Onde é que, na Bíblia, é mencionada a "Missa"?

4. Onde é que, na Bíblia, é mencionado o Purgatório?

5. Onde é que, na Bíblia, é mencionada autorização para mosteiros de frades ou de freiras?

6. Onde é que, na Bíblia, é chamado pecado comer carne às sextas-feiras?



7. Onde é que, na Bíblia, são mencionados sete sacramentos?

8. Onde é que, na Bíblia, é mencionada a confissão dos pecados a um padre?

9. Onde é que, na Bíblia, é dito que uma Igreja pode fazer acréscimos aos ensinamentos da Palavra de Deus?

10. Onde é que, na Bíblia, é dito que Maria é medianeira entre Deus e o homem?"

E' animador ver os que estão interessados em questões pertinentes à crença e prática católicas volverem-se para fontes católicas informadas, para seu esclarecimento. Sobejas vezes as pessoas obtêm isso de fontes muito inafiançáveis. E, sobejas vezes também, as pessoas que estão interessadas nas respostas católicas a questões tais como as acima não se capacitam de que os católicos estão ansiosos por lhes dar as respostas certas.

Essas perguntas são sinceras e razoavelmente claras. Merecem e receberão igualmente respostas sinceras e claras.

Quem dera que as respostas pudessem ser igualmente breves!

Mas, se o fôssem, seriam demasiados gerais para serem claras. Tais perguntas não são satisfatoriamente respondidas por uma ou mais referências à Bíblia, porque esperam mais do que isto. O uso, nessas perguntas, de termos tais como "Papa", "Purgatório", "mosteiro" e "Missa" exigem uma explicação daquilo que esses termos significam — de que coisas e que idéias eles representam, de modo que a sua presença na Bíblia possa ser reconhecida, ou a razão para a sua ausência da Bíblia possa ser compreendida.

Uma vez que cada uma das perguntas versa sobre "Onde é que a Bíblia menciona", — ou "Onde é que a Bíblia diz", — uma importante precaução está em ordem. Dever-se-á ter em mente que os católicos não vão à Bíblia em busca de *meras palavras*. Procuramos entender as *idéias e coisas* que a Bíblia ensina.

Quando achamos essas idéias e coisas, falamos e escrevemos a respeito delas usando palavras e frases que nem sempre são achadas na Bíblia. Isto é, de todo modo, direito e razoável.

Em parte nenhuma a própria Bíblia exige que os seus leitores adiram à terminologia bíblica ao falarem sobre o que ela ensina. Fazê-lo seria impossível num mundo onde tantas línguas estão em uso.

Tal como os cristãos do passado, os cristãos de hoje tendem a desenvolver e usar os seus próprios termos, nomes e expressões,

quando falam daquilo que consideram ser a verdade bíblica. Por exemplo, quando você lê livros que se propõem dar afirmações da crença batista, encontrará afirmações tais como "as igrejas do Novo Testamento eram independentes, corporações democráticas autônomas...", porém em parte alguma na Bíblia você achará a expressão "corporações democráticas". "Pecado hereditário" é coisa freqüentemente usada em explicações da crença batista, mas este nome não pode ser achado na Bíblia. O "Sábado Cristão" é freqüentemente usado em vez do Dia do Senhor, mas esse nome não é achado na Bíblia. De fato, o próprio título "Bíblia", dado ao livro que contém as Escrituras inspiradas, em parte nenhuma será achado nesse próprio livro.

Não pode, pois, ser errado, e nem deveria deixar de ser esperado, que nós católicos tenhamos os nossos próprios nomes e expressões quando falamos das idéias e coisas que achamos na Bíblia. Se achamos que a Bíblia fala de um lugar e de um estado após a morte, o qual não pode ser identificado como Inferno ou Céu, temos perfeito direito de chamar-lhe "Purgatório" ou de lhe dar qualquer outro nome que julgemos apropriado. Se achamos mais conveniente usar o termo "Missa" para designar a cerimônia em que fazemos o que Cristo fez e o que ele nos encarregou de fazer na Última Ceia, pode alguém razoavelmente objectar que a Missa não está na Bi-

# É CATÓLICO OU CATÓLICO "ROMANO"?

Ficamos satisfeitos de que se hajam dirigido a nós como "Católicos" no folheto que estamos considerando, porque muitos fazem objeção ao nosso uso do título "Igreja Católica". Esses insistem em que deveríamos dizer Igreja Católica "Romana", e em que nos deveríamos chamar "Católicos Romanos". E, quando não fazemos isso na imprensa pública, especialmente em tratando de matérias de natureza estritamente religiosa, somos acusados de ofender todos os códigos de verdade, prática honesta, honestidade pública e assim por diante.



bria, simplesmente porque essa palavra ali não está?

Isto deve ser acentuado, porque, infelizmente, há quem, com pouco interesse aparente pelo verdadeiro sentido da Bíblia, coloque uma importância exagerada no uso de palavras e de linguagem bíblica na tradução da Escritura. Teremos freqüente ocasião de repetir esta precaução nas respostas que às dez perguntas com prazer teremos oportunidade de dar.

Pode, pois, não ser fora de lugar tirar do caminho esta dificuldade e tornar bem claro que nós, em países protestantes, não usamos o título de "católicos romanos" por três boas razões: 1. E' uma alcunha pregada à nossa Igreja — e nós não gostamos de alcunhas; 2. No sentido pretendido pe-

los que exigem que o usemos, o título "Católico Romano" envolve uma contradição — e, com tal, dificilmente é um título apropriado para a nossa Igreja. 3. Não é o título histórico da nossa Igreja, nem aquele que é sancionado pelo uso popular.

Por que dizemos que ele é uma alcunha?

O "Oxford English Dictionary" (Dicionário Inglês de Oxford) é geralmente reconhecido como uma das mais altas autoridades existentes sobre o significado e derivação das palavras inglesas, e não deve verossimilmente ser suspeitado de parcialidade católica. Sob o cabeçalho "Católico Romano", lemos: "O uso deste termo composto, em lugar do simples Romano, Romanista ou Romista, que adquirira um sentido odioso,

parece ter surgido nos primeiros anos do século dezessete. Por motivos conciliatórios, foi êle empregado nas negociações ligadas com o Consórcio Espanhol (1618-1624) e aparece em documentos formais... depois dessa data foi geralmente adotado como termo incontroverso, e desde muito tempo tem sido a reconhecida designação legal e oficial, embora no uso ordinário "Católico" sòzinho seja mui freqüentemente empregado".

Deve-se notar que "Católico Romano" é aí dito ser um substitutivo para o "Romano", "Romanista", "Romista", que adquirira um sentido odioso. Mui verdadeiro! Esse termo foi adotado, por uso hostil, ainda no século dezessete, porém mesmo em 1582 ataques à Igreja Católica usaram esse nome com considerável liberdade. "O ponto de partida", escreve Herbert Thurston num panfleto intitulado "O Nome Católico Romano", "pareceria ser achado na má-vontade da média dos protestantes de abandonarem o termo "Católico" aos adeptos da Fé mais antiga. Na Alemanha, Lutero omitira do Credo a palavra "Católica", porém de modo algum foi êste o caso na Inglaterra. A maioria dos Reformadores ingleses, inclusive mesmo uma porção daqueles cujas simpatias estavam em geral decididamente do lado dos Puritanos, não sòmente não se dispuseram a conceder qualquer monopólio do nome de "Católico" aos seus opositores, como ainda altamente asseveravam que os partidários de

Roma não eram verdadeiros católicos, e que só a religião reformada podia justamente reivindicar êsse título".

### «Católicos Papistas»

Assim, achamo-los escrevendo e falando sôbre o "Partido Papista" (Philpot), sôbre "Católicos à feição do Papa", sôbre "a religião católica do Papa", "os católicos do Papa" (John Foxe). Na presunção de que pudesse haver diferentes espécies de católicos, fácil era passar de "católicos do Papa" para "católicos Romistas" e "Papistas"; e foi isto o que de fato sucedeu. Num livro escrito em 1587, intitulado "Uma Resposta Deliberada", Robert Crowley contrasta "Católicos Papistas" ou "Católicos Romistas" com "Católicos Protestantes", querendo com êstes últimos significar todos os ardorosos sectários da religião reformada. A combinação "Católico Romano" foi sendo usada ao mesmo tempo, e mesmo mais cedo, em livros anticatólicos tais como "A Checke or Reproofe", por Wilburn, publicado em 1581.

Mas, enquanto "Católico Romano" parece, sem dúvida, ser uma marca mais polida para os católicos do que "Católicos Romistas" ou "Católicos Papistas", o contexto em que a expressão aparece está longe de ser cortês. E nenhuma prova foi revelada de que os católicos ingleses daqueles dias acolhessem ou aquiescentemente aceitassem tais alcunhas teológicas, senão que, antes se ressentiam delas pelo que elas queriam dizer e preten-

diam significar: — uma espúria variedade de católico. Eles resistiram ao nome "Católico Romano" até que este lhes fôsse absolutamente forçado.

O Nôvo Dicionário Oxford provavelmente está certo em sugerir que o título "Católico Romano", como a designação quase oficial da Igreja que reconhecia como seu chefe visível o Bispo de Roma, data das negociações do Consórcio Espanhol de 1618-1624. O Rei Jaime I<sup>o</sup>, em primitivas proclamações e mensagens fêz referência aos seus súditos católicos como "Papistas" ou "Romistas", e saiu do seu caminho para os declarar "falsamente chamados Católicos, mas na verdade Papistas" (Fala no Parlamento, maio de 1604). Tratando, porém, com os Espanhóis, e sem dúvida por consideração aos sentimentos católicos deles, foi empregado um tom mais cortês, e o termo usado para designar a religião dos espanhóis foi "Católico Romano", sendo às vezes usado "Católico" somente.

Daquele tempo em diante, aparece que os documentos oficiais ingleses comumente usavam a forma "Católico Romano" como forma conciliatória, que gradualmente foi sendo menos sentida, mas não foi oficialmente aceita pelos católicos, embora o título se fôsse introduzindo em linguagem legal e em uso popular. Em 1897, os conselheiros do Rei da Inglaterra levantaram objeções quanto a receberem oficialmente dos arcebispos e bispos católicos qualquer documento em que estes se

chamassem "Católicos". O único título permissível para eles foi declarado ser o de "Católico Romano". Nem mesmo a forma "Bispo da Igreja Católica e Romana na Inglaterra" foi permitido. Assim, o Estado tornou compulsório o nome "Católico Romano".

Isto suscita a segunda razão por que não podemos aceitar o nome de "Católico Romano". No sentido intentado pelos não-católicos que insistem sobre esse título, êle envolve uma contradição, e, na melhor das hipóteses, é ambíguo.

#### O que êle queria dizer

Quando, em 1901, o Cardeal Arcebispo Vaughn foi forçado a explicar o título "Católico Romano" em tratos oficiais com o Rei, fê-lo reservando-se o direito à explicação, numa ocasião pública, o sentido em que usava o título. Disse êle: "Por êle (o título "Católico Romano"), quereis dizer uma coisa", e nós outra. Por isto torna-se êle um termo equívoco, e, se eu deliberadamente o uso como tal, equívoco-me... se tivesse de usá-lo para mim e no sentido católico, e não no vosso, a vós e a mim mesmo devo francamente declarar que estamos usando o termo em dois sentidos diferentes". Êle declarou que "o termo *Católico Romano* tem dois significados: um significado que nós repudiamos e um significado que aceitamos". Depois de mostrar que, de acôrdo com os Protestantes, "Católico" era um gênero — uma categoria — do

qual "Romano", "Anglo", "Grego", etc., eram espécies, — ou Católico queria dizer um círculo dividido em seções Romana, Inglêsa e Grega, passou êle a explicar o sentido aceitável à Igreja Católica.

### Verdadeiramente Católica

"Conosco, o sufixo "Romano" não é restritivo a uma espécie ou seção, mas simplesmente *declaratório* de Católico. Explica o significado de Católico aplicado à religião de Cristo, e assevera a unidade desta. Mas, de outra maneira, a palavra "Romano" tem a mesma relação que o centro tem com a circunstância de um círculo. Todos os raios ficam no seu centro comum, e assim a circunstância tôda é posta em unidade com o seu centro. Isto é que é ser Católico.

"*Romano* como sufixo de *Católico*" é, portanto, declaratório de que o ponto central de catolicidade é *Romano*, a Sé Romana de S. Pedro" (*The Tablet*, set. 14, 1901).

Isto vai ao próprio coração do assunto. Uma Igreja não pode ser católica — ou seja, universal, mundial — e ser ao mesmo tempo localizada ou restrita a um certo país ou a uma certa nação, seja onde fôr que esteja o seu povo. Mas uma Igreja que é mundial — universal — católica, pode ter o seu quartel-general unificador na cidade de Roma, e neste sentido é que a Igreja Católica é "Romana".

O nome completo da nossa Igreja é "a Santa Igreja Católica Apostólica Romana". "Romana" é aí aditado não para restringir o significado de "Católica", mas simplesmente para designar o centro visível de unidade; e, já que ela deve ter algures um centro de unidade, é óbvio que "Romana", longe de neutralizar o sentido da palavra "Católica", serve antes para confirmá-lo, e para tornar a catolicidade da Igreja mais potente e inequívoca.

### A História

Já que é dito que o uso do título "Católica" em vez de "Católica Romana" é uma fraude e uso de palavras em "duplo sentido", bom é assinalarmos que não estamos arranjando discussão sôbre um mero nome. Não dizemos que, por ser chamada Católica, a nossa é que é a Verdadeira Igreja. Sustentamos que a Igreja que hoje, e através da história, considera o Bispo de Roma como o sucessor de S. Pedro e o Vigário de Cristo, é que legitimamente é chamada "Católica". Este é o seu nome oficial, o nome pelo qual ela sempre se designou, e pelo qual tem sido por outros designada. E' o seu nome histórico, o seu nome próprio pelo qual ela é distinguida em história e na fala comum da humanidade. Nenhuma outra Igreja ou corporação eclesiástica, digna de consideração séria, foi jamais conhecida e distinguida entre os homens pelo nome de "Católica". Nos primeiros tempos do cristianismo, os Donatistas reivindicava-

ram-no, mas não puderam apropriar-se dêle. Eles só são conhecidos em história como "Donatistas". Só aquela Igreja que tem o Papa à sua testa foi que nasceu com êsse título e o traz; e, falando de nós mesmos, com tanta razão nós nos chamamos "Católicos" como outros estão certos chamando-se "Metodistas", "Luteranos", "Anglicanos", "Batistas", etc.

Se, na mente de alguns, o nome é um argumento em nosso favor, não é isto razão para que devamos mudar nosso nome. Não somos obrigados a mudar o nosso nome porque outros mudaram a Fé e buscaram noutra parte autoridade religiosa. Inquestionavelmente, o nome "Católico" é uma forte presunção em nosso favor, e essa vantagem com toda razão é nossa. Não poderíamos entregá-la sem sermos desleais para com a história.

Tudo isto é mais do que subutilizar sobre um nome. Cristo pretendeu que a sua Igreja fôsse católica, e nós usamos o "c" pequeno ao falarmos do característico essencial que êle deu à sua Igreja, e que foi o de ensinar a *TODOS* os homens, *TODAS* as coisas que êle mandara, em *TODOS* os tempos. Esta é a idéia e o fato da catolicidade que Cristo edificou dentro da sua Igreja. Ele próprio não deu à sua Igreja nenhum nome, e nós não vamos às Escrituras, que têm sido traduzidas em inúmeras línguas, em busca de nomes, mas sim de coisas. A sua Igreja no mundo de hoje deve ser católica de fato, e possui a catolicidade

que êle prometeu, seja qual fôr o nome que use.

Mas, como dissemos, o nome "Católica" chegou até nós vindo dos primitivos tempos cristãos. Inácio, que morreu pela sua Fé em 107, parece ter sido o primeiro a registrar o título. Escreveu êle: "Onde está Cristo, aí está a Igreja Católica" (*Ad Smyrn.*, n. 8). Algum tempo depois, o martírio de Policarpo foi registrado, e êle foi chamado o "bispo da Igreja Católica em Esmirna" (*Ad Eph.*, n. 3). No mesmo século, referindo-se a um certo Marcion e a um certo Valentino, Tertuliano escreveu: "Convém-se em que êles viveram não há tanto tempo assim; geralmente falando, no reinado de Antoino; e que foram os primeiros crer na doutrina da Igreja Católica na Igreja de Roma.. (*De Praescript.*, n. 30).

### Bem conhecida

Mais explícito é Agostinho: "A religião cristã deve ser sustentada por nós", escreveu êle, "e pela comunhão dessa Igreja que é católica, e é chamada Católica não só pelos seus próprios membros como também por todos os seus adversários. Porque, a despeito de si mesmos... quando falam não com os seus companheiros, mas com estranhos, êles não chamam à Igreja católica senão a Igreja Católica. Não podem ser compreendidos senão distinguindo-a por aquêle nome pelo qual ela é designada pelo mundo inteiro" (*De Vera Religione*, n. 12).

# Que dizer sobre fazer acréscimos à Palavra de Deus?

Onde, na Bíblia, é dito que uma igreja pode fazer acréscimos aos ensinamentos da palavra de Deus?

Esta é a nona pergunta na lista, e a primeira que consideraremos a fim de introduzir alguma aparência de ordem na matéria de que as questões tratam.

A resposta, naturalmente, é que em parte alguma a Bíblia diz que uma igreja pode fazer acréscimos aos ensinamentos da



palavra de Deus. De fato ela diz justamente o contrário.

Não tomamos esta posição simplesmente porque S. João, no Apocalipse, referindo-se às "palavras de profecia dêsse livro", diz: "Se alguém lhes acrescentar algo, Deus lhe acrescentará as pragas que estão escritas neste livro" (22, 8). Quando o Apóstolo falou de "acrescentar algo às palavras de profecia dêste livro", quis dizer só do seu livro. Não

Nós não fazemos reivindicação inconsiderada e não garantida quando dizemos que somos conhecidos hoje como "Católicos", e que a nossa Igreja no uso popular é chamada a "Igreja Católica". Entre em qualquer cidade ou centro na terra, peça a qualquer môço ou empregado de hotel ou policial a localização da Igreja "Católica", e será corretamente encaminhado, sem precisar insistir em que é a Igreja "Católica Romana" que você deseja visitar.

## Nome próprio

O nome "Católica" não foi monopolizado no Século Dezesseis para fins de controvérsia. E' o

nome continuamente transmitido a nós através da história. Nós mesmos usamos êste nome, e pedimos aos que não são da nossa Fé não o usarem, por ser êle o nosso nome próprio e costumeiro. O uso comum nunca sancionou qualquer outro.

Contudo, uma vez que "Católico Romano" perdeu muito do seu significado odioso, os Católicos não sentirão o sangue lhes ferver quando êsse título continuar a aparecer na imprensa pública. Nós mesmos o usaremos se necessário. Mas ninguém diga, em face dos fatos, que êle é o nome próprio da nossa Igreja.

se referiu à Bíblia toda. A nossa razão para dizermos que a Bíblia condena qualquer acréscimo ao ensino da Palavra de Deus não é baseada numa interpretação deficiente desse texto.

Na questão proposta há alguma coisa mais que necessita esclarecimento. Quando lemos: "Onde é que, na Bíblia, é dito que "uma" igreja pode fazer acréscimos ao ensino da palavra de Deus", isso parece ser ao menos uma insinuação de haver mais de uma Igreja. "Uma" igreja não é linguagem escriturária, mas sim a linguagem da confusão pós-Reforma. No Novo Testamento está "a" Igreja ou, numa instância, "a minha" (de Cristo) Igreja. E, quando o Novo Testamento fala de "igrejas", entende sempre a Igreja em lugares particulares, como em Éfeso, Corinto ou Jerusalém. Isto quer dizer a Igreja em diferentes lugares, e não diferentes Igrejas. Seguindo o Novo Testamento, falaremos "da" Igreja.

A nossa resposta de que a Igreja não pode fazer acréscimos ao ensino da Palavra de Deus baseia-se no significado de "a Palavra de Deus" no Novo Testamento, e na função da Igreja na medida em que a Palavra de Deus entra em causa.

A expressão "a Palavra de Deus" é usada repetidas vezes no Novo Testamento. Às vezes significa um decreto de Deus (Rom 9, 28), ou mandamentos dados por Deus no Antigo Testamento (Mc 7, 13; Gál 5, 14), ou uma promessa divina (Rom 9, 6), ou uma oração composta

de citações do Antigo Testamento (1 Tim 4, 5), e mesmo profecias divinas de acontecimentos futuros (Apoc 1, 2).

Mais amiúde, entretanto, ela significa o corpo de verdade que Deus nos revelou por meio de Jesus Cristo e que foi ensinado pelos seus Apóstolos. Foi Cristo quem deu a Palavra de Deus-Pai aos Apóstolos (Jo 17, 14). E eles guardaram a Palavra de Deus (Jo 17, 6; 7, 16). Essa Palavra de Deus à qual os Apóstolos concitavam seus ouvintes e leitores a conformarem sua vida é o ensino de Cristo, a doutrina da religião cristã (Tito 2, 5; 1 Jo 1, 10; 2, 14).

#### A Verdade revelada

Os que anunciam o evangelho diz-se que falam a Palavra de Deus (At 4, 31; 13, 46; Fil. 1, 14; Heb 13, 7), que proclamam a Palavra de Deus (At 13, 5; 17, 13), que ensinam a Palavra de Deus (At 18, 11).

Os ouvintes do evangelho de Cristo diz-se que ouvem a Palavra de Deus (At 13, 7), e que recebem a Palavra de Deus (At 8, 14; 11, 1).

Portanto, o significado da expressão "a Palavra de Deus" é usualmente a verdade revelada por Deus e dada a conhecer por Cristo (Lc 5, 1; 8, 11-21) ou ensinada pelos Apóstolos (Jo 17, 20; At 2, 41; 4, 4; 6, 2; 10, 44; 8, 5). É o próprio ensino de Cristo (Jo 5, 24; 8, 31; 37, 51; 12, 48; 14, 23). E o dos seus Apóstolos (Col 3, 16; Heb 6, 1; 1 Jo 2, 5).

"Deus", diz S. Paulo (Heb 1, 1), "que em diversos tempos e de diversas maneiras falou em tempos passados aos pais pelos profetas, ultimamente, nestes dias, falou a nós por seu Filho..." O que êle ensinava era a "Palavra de Deus".

Como é que a Palavra de Deus havia de ser transmitida à humanidade inalterada e não mudada? Achamos a resposta examinando no Nôvo Testamento o que Cristo e seus Apóstolos disseram e fizeram. E, quando lemos o registo daquilo que Cristo fez e disse, nem por um momento devemos esquecer que ISTO É DEUS FAZENDO DA IGREJA O QUE ÊLE PRETENDEU QUE ELA FOSSE.

### Mestres

Logo no comêço da sua vida pública, Cristo escolheu das fileiras dos seus discípulos alguns que foram chamados seus Apóstolos, e a sua nítida intenção foi de que êles formassem um *corpo docente*: "... chamou a si homens de sua escolha, e êles vieram a êle. E êle nomeou doze para que fôsem com êle e êle os enviasse a pregar" (Mc 3, 13-14). Então começou a lhes revelar a Palavra de Deus que ensinava ao público em parábolas: "Falava-lhes a Palavra (ao povo) conforme êles eram capazes de entendê-la; mas sem parábolas não lhes falava. Privadamente, porém, explicava tôdas essas coisas aos seus discípulos" (Mc 4, 34).

Esse adestramento especial dos seus Apóstolos é claramente a preparação de um *corpo* de mestres. As instruções que êle lhes deu quando pela vez primeira os enviou a pregarem a Palavra de Deus ao povo de Israel (Mt 10, 5-32) tornaram o seu intuito incontestavelmente claro, e êle não poderia ter sido mais explícito do que durante os seus últimos dias na terra, quando disse coletivamente aos onze Apóstolos: "... Todo poder me foi dado no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai tôdas as nações... ensinando-as a observarem tudo o que eu vos mandei; e eis que eu estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos" (Mt 28, 19-20).

### Para durar eternamente

Êle olhou longe no futuro. O corpo docente na Igreja que êle disse estar edificando (Mt 16, 18) devia durar até o fim do mundo. Só depois que a Palavra de Deus houvesse sido pregada no mundo inteiro, a todos os povos, é que teria lugar a consumação do mundo (Mt 24, 14).

Esse corpo docente nunca falharia. "Eis que eu estou convosco todos os dias". Quando achamos as Escrituras afirmando que "Deus está com cada um", isso sempre significa que a especial assistência de Deus é assegurada no cumprimento do fim para o qual ela é dada. Neste caso, era ela a incumbência de ensinar a Palavra de Deus a todos os homens até o fim dos tempos. A assistência, pois, correspondente a essa incumbência seria tal que

preservasse necessariamente de êrro o corpo de mestres no ensino da Palavra de Deus. Assim, nunca poderia haver questão qualquer de fazerem êles, em qualquer tempo, acréscimos à Palavra de Deus. Não, nunca! Ele estaria com êles todos os dias, e não intermitentemente — neste tempo ou naquele, — mas sim continuamente. Ademais, êle lhes prometeu a proteção e assistência de um “Advogado” (Paráclito), o Espírito Santo, que ficaria com êles para sempre, “o Espírito de Verdade” (Jo 14, 17).

Assim, depois que Cristo deixou a terra, quando vemos êsse corpo docente em obra nos Atos dos Apóstolos, vemos que “(êles) falavam a Palavra de Deus com desassombro” (At 4, 31). Êles imploraram a assistência de Cristo ao preencherem o lugar entre os doze vago pela saída de Judas (At 1, 25). Estavam cõscios da guia do Espírito Santo, o Advogado, nas suas decisões, quando usavam linguagem tal como: “Porque o Espírito Santo e nós havemos decidido...” (At 15, 28). Mas é na atividade e no ensino do Apóstolo Paulo que ficamos sabendo como o corpo docente apostólico de mestres devia ser perpetuado, e como a Palavra de Deus devia ser transmitida às gerações ainda não nascidas.

#### **Autoridade predicante**

Especialmente apontadas são as recomendações de Paulo a Timóteo, um dos seus convertidos, que se tornou seu companheiro missionário, e que mais tarde foi

pôsto no encargo da Igreja em Éfeso. O próprio Paulo estava cõscio da maneira como Cristo, o mestre da Palavra de Deus, se identificara com seus Apóstolos como com um corpo docente: “Quem vos ouve, a mim me ouve, e quem vos rejeita a mim me rejeita...” (Lc 10, 16). Por isto Paulo falou de Deus manifestando a sua Palavra “através da pregação cometida ao meu encargo pelo mandamento de Deus nosso Salvador” (Tito 1, 3).

A Timóteo (2 Tim) Paulo escreveu: “Prega a palavra, insta oportuna e inoportunamente... (4, 2), conserva a forma do sãõ ensino que de mim ouviste... (1 13). Compreende o que eu digo pois o Senhor dar-te-á a inteligência de tôdas as coisas... (1 7), sê fortalecido na graça que está em Cristo Jesus; e as coisas que de mim ouviste por muitas testemunhas recomenda-as a homens fiéis que sejam capazes de ensinar também a outros... (2, 2), mantém-te firme nas coisas que aprendeste e que te foram confiadas, sabendo de quem as aprendeste, pois desde a infância conhecestes as Letras Sagradas que estão no caso de te instruir para a salvação pela fé que está em Cristo Jesus. Tôda a Escritura divinamente inspirada é útil para ensinar, para re-preender, para corrigir, para instruir na justiça; para que o homem de Deus seja perfeito, preparado para tôda obra boa. Ad-juro-te na presença de Deus e de Jesus Cristo... **PREGA A PALAVRA...**” (3, 14-17; 4, 1-2).

Aqui achamos um Apóstolo encarregando o seu sucessor de pregar a Palavra de Deus tal como os Apóstolos tinham sido encarregados por Cristo de o fazer. A palavra do corpo de mestres — os Apóstolos — que Cristo formara na sua Igreja devia ser continuada pelos sucessores que êles deixavam em todos os lugares onde fundavam e organizavam a Igreja de Cristo. Ademais, Timóteo, o sucessor imediato de S. Paulo (2 Tim 2, 2), devia escolher outros “homens fiéis que fôsem capazes de ensinar também a outros”. Assim foi-se originando o corpo de mestres com Cristo e seus Apóstolos, para serem perpetuados até o fim do mundo.

Que é que Timóteo foi encarregado de pregar e de recomendar a outros homens merecedores de confiança como mestres? A Palavra — a Palavra de Deus que êle tinha *ouvido* de Paulo durante os prévios anos de companheirismo, e que *lemos* nas cartas de Paulo. Aqui temos as duas fontes da Palavra de Deus das quais os sucessores dos Apóstolos puderam aprendê-la: — o ensino da Palavra de Deus por homens escolhidos e competentes, e as Escrituras inspiradas que contêm a Palavra de Deus. Mas o único método de propagar a Palavra de Deus mandado por Cristo e seus Apóstolos foi pregar e ensinar. “Prega a Palavra!”

Isto deveria tornar-se claro por ser um ponto importante sôbre o qual muitos têm andado errados, falsamente persuadidos pela não provada, mas frequentemente repetida, declaração de que a *única fonte* em que a Palavra de Deus é achada é a Bíblia, e de que Cristo pretendeu que as futuras gerações recebessem a Palavra de Deus sòmente pela leitura da Bíblia.

Vimos o método escolhido por Cristo para publicar a Palavra de Deus a tôdas as gerações. Foi pela pregação e pelo ensino de um corpo de homens escolhidos, preparados, comissionados, e especialmente assistidos e protegidos para essa finalidade divina. Em parte alguma Cristo encarregou homens de lerem as Escrituras como sendo a *única fonte* da Palavra de Deus que êle ensinou e que encaminhou seus Apóstolos a ensinarem.

Entretanto, para a confirmação da fé na Palavra de Deus, a Deus aprouve inspirar alguns que desde o comêço foram suas testemunhas oculares, ou companheiros dos que o foram, a fazerem um registo escrito dos principais acontecimentos e ensinamentos do Fundador da Igreja; e também a preservar certas cartas inspiradas que, em vários tempos, os Apóstolos escreveram aos seus convertidos e irmãos. Importante é lembrar que êsses escritos eram dirigidos àqueles *aos quais a Palavra de Deus já fôra ensinada*. Não foram escritos “para

aquêles que não conhecem a verdade, mas sim para aquêles que a conhecem..." (1 Jo 2, 21). Nenhum escritor do Nôvo Testamento escreveu para o fim de *fazer discípulos*, mas sim para o proveito daqueles *que já eram crentes*. O encargo de ensinar tôdas as nações foi desempenhado então, como o é agora, pela voz da Igreja docente.

### «Perscrutai as Escrituras»

Baseando os seus modos de ver numa má tradução do texto bíblico genuíno, alguns argumentam que Jesus ordenou a leitura das Escrituras, quando disse (Jo 5, 39): "Perscrutai as Escrituras..." Mas isso não foi um mandamento. A versão correta é uma simples declaração: "Vós perscrutais as Escrituras porque nelas pensais ter a vida eterna. E elas é que dão testemunho de mim, e no entanto não quereis vir a mim para terdes a vida". Muitas versões protestantes modernas têm feito esta correção.

Na passagem citada, Jesus não estava exortando os judeus a lerem as Escrituras - o Antigo Testamento. Estava-os censurando por erroneamente pensarem que, consumindo o seu tempo em esquivar-se às Escrituras, teriam a vida eterna. Eles estavam mais interessados na mera leitura do que naquilo que liam, e deixavam de compreender as profecias que apontavam Aquêlê que lhes podia dar a vida eterna. Não quer isto dizer que Nosso Senhor tenha falado afrontosamente da leitura da Bíblia — longe disto!

Ele mesmo lia o Antigo Testamento e o citava nos seus discursos.

Paulo, semelhantemente, louvou Timóteo pela sua familiaridade com as Escrituras. Isso, por certo, queria dizer o Antigo Testamento, visto como, provavelmente, muito pouco do Nôvo Testamento tinha sido escrito quando Timóteo era criança. E Paulo aproveitou o ensejo para apontar a utilidade de tôdas as Escrituras inspiradas para o docente da Palavra de Deus, que devia instruir, reprovar e corrigir os outros. Todavia, por nenhum esforço razoável de imaginação pode o conselho dêle a Timóteo, concernente à *utilidade* da Sagrada Escritura, ser considerado um mandamento que tornasse a leitura da Bíblia obrigatória para todos os seus seguidores, como o único meio de aprender a Palavra de Deus.

Não só nos seus tratos com Timóteo, mas também nos seus tratos com as igrejas que fundou, Paulo tornou perfeitamente claro de onde era que êles deviam aprender a Palavra de Deus. Escrevendo aos seus convertidos em Tessalonica, disse-lhes claramente: "... fidei firmes, e sustentai os ensinamentos que aprendestes por *palavra* ou por *carta* nossa" (2 Tess 2, 15). Refere-se aos ensinamentos que êle recebera do próprio Cristo, "pois do Senhor recebi o que também vos transmiti" (1 Cor 11, 23). Êles aprenderam a Palavra de Deus daquilo que êle lhes ensinou *oralmente* e *por escrito*. Aqui nova-

# Pedro, o Papa, e a infalibilidade

*Onde é que, na Bíblia, é dito que Pedro ou um Papa é infalível?*

Esta pergunta é de duplo alcance, de vez que concerne ao Apóstolo Pedro e aos seus sucessores chamados "O Papa" — qualquer Papa.

Assim, pergunta-se: — Onde é que, na Bíblia, é dito que Pedro era infalível? E a resposta é: Em parte alguma na Bíblia é dito que Pe-



dro era infalível. Semelhantemente, em parte alguma na Bíblia é dito que Deus é infalível. A Bíblia simplesmente não usa a palavra "infalível".

Devemos, por isto, concluir que Deus não é infalível? De modo algum! Quando examinamos tudo o que a Bíblia nos diz sobre a perfeição de Deus, devemos admitir que *êle é infalível, como convém a Deus no verdadeiro*

mente temos as duas fontes mutuamente complementares da Palavra de Deus, nas quais os sucessores e discípulos dos Apóstolos tiveram de haurir a Palavra de Deus.

"E' claro", escreveu S. João Crisóstomo, "que nem tudo foi transmitido a uso por escrito. Muitas coisas dignas de fé vieram até nós sem terem sido escritas. E' por isto que nós temos os ensinamentos da Igreja como igualmente dignos de fé" (P. G. 62, 488). E' por isto que hoje os católicos vão com confiança ao corpo docente da sua Igreja, ligado como êle está, em histórica continuidade, com o corpo de docentes que sucederam aos Apóstolos, e do qual êles receberam a Pa-

lavra de Deus como era ensinada aos Tessalonicenses por palavra e por carta.

Em vista da prometida assistência de Cristo e do seu Espírito Santo, nós católicos sabemos que o corpo docente da Igreja Católica não pode fazer acréscimos à Palavra de Deus. Isto seria "adulteração da Palavra de Deus", adulteração condenada por S. Paulo (2 Cor 2, 17). Seria uma adulteração por acréscimo de ensinamentos humanos ao depósito da verdade revelada que foi encerrado com a morte do último Apóstolo. "O' Timóteo, guarda o depósito, evitando as profanas novidades de palavras e as disputas de uma ciência de falso nome" (1 Tim 6, 20).

e mais pleno sentido que a palavra "infalível" pode comportar. E, quando examinamos tudo o que o Nôvo Testamento nos diz sobre a autoridade e poder espiritual que Nosso Senhor outorgou a Pedro em relação aos outros Apóstolos e a toda a sua Igreja, também devemos admitir que Pedro era infalível em sentido restrito, *como convém a um simples homem*.

Examinemos algumas das coisas que o Nôvo Testamento nos diz sobre Pedro.

Pedro era um dos doze discípulos que, como previamente vimos, foram especialmente escolhidos por Cristo (Jo 6, 71) e preparados para serem seus Apóstolos em ensinar a Palavra de Deus a toda a humanidade (Mt 28, 19-20). Todo poder me foi dado, disse Cristo; ide, pois, e ensinais todas as nações. Nosso Senhor não poderia ter usado linguagem mais clara ao conceder a eles *coletivamente* — como a um corpo de mestres — o *poder* e a *autoridade* para ensinar tudo aquilo que ele lhes mandara.

A linguagem de Cristo foi igualmente clara e não ambígua quando, depois de declarar que a Igreja era um tribunal autoritário que todos eram obrigados a ouvir (Mt 18, 15-18), ele disse: "... tudo quanto ligardes na terra será ligado também no céu; e tudo quanto desligardes na terra será desligado também no céu". Aqui ele falava aos Doze coletivamente — como a um corpo —

e, embora essas palavras indicassem um poder de governar antes que um poder de ensinar, a atenção é aqui chamada para elas a fim de acentuar o fato de haver Cristo pretendido conferir *autoridade* e *poder* a todos eles, e realmente o fez.

Mas Cristo também pretendeu que os Doze tivessem um chefe. Havia um que devia ser superior entre eles. Quando surgiu uma disputa concernente a saber qual deles era reputado o maior (Lc 22, 24-34), Cristo aproveitou o ensejo para lhes dar uma lição, dizendo: "Quem é o maior entre vós faça-se como o menor, e quem é o chefe faça-se como o servo". Aquêl que era principal entre eles deveria pôr a sua autoridade a serviço dos outros. Ele não disse que eles eram iguais, mas prosseguiu dizendo que todos eles eram juizes no seu reino — a Igreja.

Quem era superior entre eles? E' significativo que imediatamente ele se tenha volvido para Pedro e lhe tenha dito que todos (coletivamente) seriam submetidos a uma prova severa, e prosseguiu dizendo: "Mas eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; e tu, quando fôres confirmado, confirma teus irmãos". O seu intuito expresso rogando especialmente por Pedro como indivíduo que ele não perdesse a fé nêle como o Messias, e que, depois do seu arrependimento de negá-lo, dizendo que nem sequer o conhecia (falsidade perpetrada num momento de medo e de fraqueza), ele deveria confirmar

a fé dos outros. A permanência da fé é a segurança da Igreja; mas a permanência da fé está especialmente identificada com Pedro. Assim Cristo escolheu usar Pedro para confirmar a fé dos outros depois que Ele os deixasse.

A Pedro foi dada porventura uma posição de chefe e de líder entre os Doze? Que diz o relato? Ele recebeu tôda a autoridade e poder espiritual que todos os Apóstolos coletivamente receberam, porém recebeu mais. Singular e individualmente recebeu uma função de chefia e de liderança que foi superacrescido aos poderes dados aos Apóstolos em grupo.

Eis aqui uma breve revista dos tratos de Cristo com Pedro como indivíduo:

Já mencionamos o fato de tê-lo Cristo feito o confirmador da fé de seus irmãos. Houve também a ocasião em que Pedro foi o primeiro a confessar a sua fé: "Ês o Cristo, o Filho de Deus vivo" (Mt 16, 13-19), e Jesus mudou-lhe o nome de Simão para "Pedra" (Pedro) e lhe disse: "... sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E dar-te-ei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na terra será ligado também no céu, etc." Era Deus quem falava, e essas não eram palavras ociosas ou ineficientes. Quem ousará restringir os limites do poder aqui concedido? Dever-se-ia notar que só a Pedro foi dito que deveria estabilizar a Igreja

que Cristo edificaria, de modo que ela jamais caísse ante as potências do mal... *só a êle seriam dadas as chaves do reino dos céus* símbolo de poder e de autoridade na Igreja. Aqui está uma concessão de poder para ligar e desligar que depois foi estendida também aos outros Apóstolos. Mas que Cristo tenha querido fazê-lo primeiro a Pedro *significa alguma coisa*. A Pedro *singularmente* foi dado em promessa aquilo que subseqüentemente foi outorgado ao resto *coletivamente e com êle*.

Poder e autoridade dados a um indivíduo para serem por êle individualmente exercidos são coisa distinta de autoridade e poder dados a um grupo para serem exercidos coletivamente. A autoridade exercida por um indivíduo é mais independente do que a de um grupo, devido à dependência dêste da ação comum. Pedro recebeu a autoridade que todos os Apóstolos receberam, e alguma coisa aditada em relação a êles — a liderança. Só êle devia ser Pedro — a Pedra, — só êle devia ser o chaveiro. Só êle devia ser o chefe no corpo dos mestre que Cristo autorizou a levar a Palavra de Deus a todos os homens.

Mas isso foi apenas uma promessa feita por Cristo a Pedro. O cumprimento da promessa teve lugar quando Cristo havia ressuscitado dos mortos; a obra da Redenção estava realizada; a Ascensão estava iminente; e tôdas as coisas estavam prontas para a ação da Igreja começar. Na presença dos outros Apóstolos,

Jesus singularizou Pedro, dizendo: "Simão... *amas-me mais do que me amam estes?*" Por três vezes Cristo perguntou a Pedro: "Amas-me?"... e por três vezes Cristo encarregou Pedro: "Apascenta os meus cordeiros... apascenta as minhas ovelhas" (Jo 21, 15-17).

Assim o Salvador fez um só homem — Pedro — o pastor do seu rebanho. O Senhor anteriormente declarara: "Eu sou o Bom Pastor... e tenho outras ovelhas que não são deste redil. Essas também devo trazer... e haverá um só rebanho e um só pastor" (Jo 10, 10-17).

E' impossível conceber linguagem que exprimisse mais positivamente uma delegação de autoridade sobre o redil universal de Deus. Nenhuma limitação é insinuada. O rebanho inteiro é confiado aos cuidados de Pedro.

Os Apóstolos compreenderam o significado das palavras do Senhor quando este falou da sua Igreja como do seu rebanho, pois os achamos referindo-se à Igreja como ao "rebanho de Deus" (1 Ped 5, 2). S. Paulo, dirigindo-se aos presbíteros de Éfeso, disse: "Tomai cuidado convosco mesmos e com todo o rebanho no qual o Espírito Santo vos colocou como bispos, para governardes a Igreja de Deus..." (At 20, 28).

Referindo-se ao seu rebanho como "minhas" ovelhas e "meus" cordeiros, Cristo designou Pedro para os apascentar e assistir em seu lugar... para ser um vice-pastor... para ser o vigário de

Cristo sobre o seu rebanho na terra.

Assim, se considerarmos todos os tratos de Cristo com Pedro como indivíduo, e perguntarmos quem é o chefe e o líder, tudo isso equivale à *suprema* autoridade de Pedro. Só ele é a Pedra, o chaveiro, o confirmador de seus irmãos, o pastor de todo o rebanho de Cristo. Todas essas figuras de linguagem usadas nas palavras de Cristo a Pedro exprimem autoridade suprema em relação aos outros Apóstolos e a toda a Igreja. Comparando cuidadosamente a outorga de autoridade a Pedro com a outorga dessa mesma autoridade a todos os Apóstolos, é notável que eles não tenham recebido nada sem ele, e que só ele tenha recebido uma autoridade que incluía e excedia a deles.

Como o corpo docente foi encarregado de tornar a Palavra de Deus conhecida a todos os homens até o fim do mundo — missão permanente, isso seria feito pelos Apóstolos e pelos seus sucessores (bispos), com Pedro e seus sucessores (Papas) no meio deles como a Pedra, o chaveiro, o confirmador de seus irmãos e o supremo pastor do rebanho inteiro de Cristo — a Igreja. E' por isto que sempre houve o Episcopado (bispos) e o Papado (Papas) na Igreja Católica. Sempre houve e sempre haverá nela — uma hierarquia.

Cristo havia dito aos seus Apóstolos: "Quem vos ouve a mim me ouve". Assim identificara a voz deles com a sua. E a voz

dêles não deveria ser isenta de erro como o era a dêle? Por isto ao corpo de docentes, com Pedro à sua testa, Cristo fêz duas importantes promessas — promessas que, como Deus, certamente êle podia cumprir. Primeiro, prometeu que êle próprio estaria com êles para sempre até o fim do mundo. Noutro lugar dêste folheto foi explicado que essa promessa especial significava uma especial assistência no cumprimento da missão que êle dera a todos os Apóstolos *coletivamente* como mestres da Palavra de Deus, mas também a Pedro *singularmente* como chefe dêles, como o confirmador de seus irmãos e o pastor do rebanho inteiro. Isto só podia significar assistência especial a Pedro na sua *unção especial*.

A segunda promessa foi a assistência do Espírito Santo. Era na sua última ceia com seus Apóstolos, na noite antes de morrer (Jo 14, 16, 17, 26). Êles ficaram perturbados quando êle lhes disse que devia deixá-los. E disse: "Rogarei ao Pai, e êle vos enviará outro advogado para ficar eternamente convosco, o Espírito de Verdade... Êle ficará convosco e estará em vós". *Outro Advogado* significa que, até então, êle, Jesus, tinha sido o auxiliar, confortador, guia e protetor dêles. Outro Advogado velará pelos interesses dêles, ajudará a causa e cuidará das necessidades dêles. E' claro que Jesus considerava os seus Apóstolos como um corpo de homens que continuariam até o fim dos tem-

pos. Êles seriam perpetuados por uma sucessão que nunca seria quebrada. E declarou que o Espírito Santo estaria com êles para sempre.

O Advogado, declarou êle, é o "Espírito de Verdade", porque ensinará eternamente à Igreja a verdade infalível.

"O Advogado, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, ensinar-vos-á tôdas as coisas e vos lembrará tudo quanto eu vos disse".

E' esta uma promessa importante. A assistência do Espírito Santo consistiria primariamente em evocar à mente dêles o que Jesus lhes ensinara. Essa assistência de outro Advogado seria efetiva enquanto Jesus, Advogado dêles, não mais estivesse com êles na carne (Jo 16, 12) — horizonte que se estendia para muito além da vida terrena dêles. Êle faria com que êles soubessem tudo quanto Jesus lhes dissera, e compreender *progressivamente* o depósito da verdade (Jo 16, 13) que Jesus revelara. E' sobre essa assistência que o corpo de mestres na Igreja Católica sempre se apoiou na sua missão docente até hoje através dos séculos.

Assim a promessa de Cristo deu segurança de que, quando êle deixou o mundo, a direção divina não foi tirada daqueles que prosseguiriam na obra de pregar a Palavra de Deus a tôdas as nações. "O Espírito de Verdade... ensinar-vos-á tôda a verdade" (Jo 16, 13). Não havia perigo de que qualquer coisa da Palavra de Deus fôsse perdida,

esquecida ou adulterada. O Espírito de Verdade velaria por ela.

Estas promessas feitas ao corpo docente da Igreja — os Apóstolos e seus sucessores — não são nada mais do que uma promessa de guia divina quando eles anunciassem aos homens o que Deus nos falou por seu Filho, Jesus Cristo (Heb 1, 1). E' isto o que a Igreja Católica quer dizer pela palavra "infalibilidade". Nada mais, nada menos.

Como cada um dos outros Apóstolos, Pedro ouviu essas promessas de Cristo que lhe asseguravam que ele teria a guia divina em realizar a obra comum que Cristo lhe dera para fazer. Mas Pedro também ouviu essas promessas de assistência e guia divinas como o detentor de um officio especial em que Cristo o collocara — como a Pedra, o chaveiro, o confirmador de seus irmãos e como pastor do rebanho todo de Cristo. Se qualquer dos Apóstolos era infalível, certamente Pedro o era, como o confirmador de seus irmãos e o preservador da fé da Igreja de Cristo.

Se os Apóstolos ficaram perturbados ante a perspectiva de levarem avante a missão que Cristo lhes deu, e precisaram da segurança da guia e assistência divina para ensinarem todas as nações, que seriam dos seus sucessores? Tal guia e assistência era ainda mais necessária depois da morte dos Doze, que haviam recebido a Palavra de Deus dos próprios lábios de Cristo. Não pode haver dúvida alguma de que o officio de Pedro devia conti-

nuar depois d'ele. Senão, por que teria sido instituído? Esta é uma importante questão; e é seguida por outra igualmente importante. Que seria do sucessor de S. Pedro no corpo docente da Igreja?

Cristo prometera a assistência e guia do Espírito Santo não de modo geral, vago. A promessa foi feita a um corpo definido de mestres, cada um com uma tarefa definida a cumprir. O sucessor de Pedro tornava-se herdeiro da tarefa de Pedro, que trazia consigo a segurança da guia e assistência divina tal como a Pedro fôra prometida. E' isto o que se entende por infalibilidade do Papa. Quando Cristo prometeu a guia e assistência divina a Pedro e aos seus sucessores no ensinarem a Palavra de Deus, prometeu infalibilidade ao Papa.

"Papa" é o nome pelo qual o sucessor de S. Pedro é designado a fim de distingui-lo dos outros bispos, que são os sucessores dos outros Apóstolos. A palavra "Papa" não está na Bíblia e nem precisa estar. O importante é que ali estejam Pedro e a promessa de Cristo a Pedro e aos seus sucessores — sejam lá quais forem as palavras que usemos para os designar hoje.

Coloque-se para trás, no ano 70... Pedro morreu, e outro homem chamado Lino tomou o lugar d'ele e está continuando aquilo que Pedro fôra encarregado de fazer. Não esperaria você que ele lhe ensinasse a Palavra de Deus como esta tinha sido transmitida aos Apóstolos? As palavras

de S. Paulo: "Guarda o depósito" ainda lhe soam aos ouvidos.

Cristo não tinha feito aos seus Apóstolos ou aos sucessores destas nenhuma promessa de inspiração divina para escreverem, e assim você não teria o direito de esperar d'êle, o Papa, epístolas divinamente inspiradas, mesmo se as quisesse êle escrever. Infalibilidade não é inspiração.

Êle não recebeu a Palavra de Deus direta e imediatamente do próprio Cristo, como sucedeu com os Apóstolos; e, assim, êle não terá novas revelações de Deus para você. Infalibilidade não é revelação. Mas êle pode fielmente transmitir-lhe e explicar-lhe a verdade que Cristo revelou e que os Apóstolos transmitiram aos seus sucessores. Rememorando as promessas de Cristo, você teria direito de esperar que êle tivesse a assistência e guia de Deus em lhe ensinar sem erro a Palavra de Deus.

Você não teria direito de esperar que êle fôsse sem pecado ou, de algum modo, incapaz de pecar. Cristo não fez tal promessa aos seus Apóstolos ou aos sucessores d'êles. De fato, êle previu os escândalos que deveriam vir, mesmo aquêles em altos lugares.

Infalibilidade não é impecabilidade.

Nem teria você nenhum direito de esperar que êle fôsse incapaz de enganos e de erros na sua vida privada, ou mesmo na administração rotineira dos negócios da Igreja. A proteção contra o erro prometida por Cristo foi limitada ao ensino da verdade revelada.

Você não teria direito de esperar que êle desse uma resposta infalível a toda questão religiosa que você lhe propusesse. A proteção contra o erro divinamente prometida tinha em mira habilitá-lo, na sua qualidade oficial de pastor do rebanho inteiro, a ensinar à Igreja inteira.

Quando Cristo olhou para o futuro e prometeu estar com o corpo docente da Igreja, olhou a mais do que aos mestres e ao seu ensino. Viu a gente que era obrigada a crer no ensino dos Apóstolos e dos seus sucessores. A Fé da Igreja, da Igreja toda, necessitava ser protegida do erro, e por isto êle prometeu isenção de erro ao corpo de docentes, a fim de assegurar isenção de erro à Fé do povo. A infalibilidade é para o povo, e é por isto que, como se diz, "o povo católico é tão seguro de si mesmo".

# Sete Sacramentos...

## Nem mais...nem menos.

Três das questões que estamos considerando tratam daquilo a que se chama "Sacramentos". Estas questões e as suas respostas podem ser facilmente combinadas.

*Onde é que, na Bíblia, são mencionados sete Sacramentos e, em particular, a "Missa" ou a confissão dos pecados a um padre?*

Antes de examinarmos as passagens em que a Bíblia menciona estas coisas, é bom assinalarmos que as respostas às questões anteriores deveriam ter tornado claro que, ainda mesmo quando não houvesse na Bíblia indicação dos sete Sacramentos, isto não seria razão para concluir que há menos de sete ou nenhum de todo.

Os Sacramentos foram possuídos pela Igreja e nela estiveram em uso diário longo tempo antes que uma única linha do Novo Testamento fôsse escrita. Os cristãos, para os quais o Novo Testamento foi composto, tinham conhecimento deles pelos Apóstolos e seus sucessores. Os relatos da última ceia de Nosso Senhor com seus Apóstolos, dados nos Evangelhos e na primeira Epístola de S. Paulo aos Corín-



tios, são antes uma alusão a uma coisa bem conhecida do que a uma descrição dela. Ao tempo em que S. Paulo escreveu, o sacerdócio e a Eucaristia tinham estado em operação diária por vinte e cinco ou trinta anos, e todo cristão conhecia, pela evidência dos seus sentidos, os detalhes completos de ambos. Nada seria mais longe da verdade do que supor que os primitivos cristãos, ou os cristãos em qualquer data, tenham tido que obter o seu conhecimento do sacerdócio e da Eucaristia meramente ou principalmente pelas Escrituras. No Novo Testamento, quando este foi inicialmente escrito, êsses e os outros Sacramentos eram instituições sobre as quais a Igreja estava fundada. O povo era recebido na Igreja pelo Batismo, recebia o Espírito Santo mediante a imposição das mãos na Confirmação, tinha seus pecados perdoados, era casado de acordo com o ensino de Cristo, e rezava pelos doentes e os ungia.

O número dos Sacramentos está suficientemente estabelecido quando achamos sete Sacramentos na Palavra de Deus como esta tem

sido consistentemente pregada e praticada através dos séculos pela Igreja, tirando o seu ensino daquilo que os Apóstolos ensinaram por *palavra* e por *carta*.

Como é que nós conhecemos o número dos vários livros inspirados que formam a Bíblia e quais são eles? Em parte alguma na Bíblia é dada uma lista deles e o seu número exato. A inspiração divina do autor humano de um livro é um ato de Deus, e só Deus pode conhecer os autores que êle inspirou. O caráter inspirado de um ou de muitos livros só poderia ser dado a conhecer mediante revelação de Deus. E nós conhecemos o número exato dos livros inspirados e quais são eles, porque isto nos foi dado a conhecer pela Igreja ensinando-nos esta verdade como contida na Palavra de Deus. Isto é igualmente verdadeiro do número dos Sacramentos que Cristo deixou na sua Igreja.

Sim, as Escrituras mencionam os Sacramentos, mas, ao fazermos-no, não é usada a palavra "sacramento". A coisa ali está, mas não o nome. Isso a que nós chamamos "Sacramentos" outros preferem às vezes chamar-lhe "ordenações". A palavra "Sacramento", que os católicos no mundo ocidental têm usado para distinguir claramente entre ritos que são Sacramentos e outros que não o são, derivou da palavra latina "sacramentum", que, no seu uso religioso, queria dizer o mesmo que "mistério" — alguma coisa de sagrado, oculto e secreto. Entre os católicos gregos, os Sa-

cramentos sempre foram chamados mistérios.

O nome "Sacramento" é dado a uma combinação de palavras e ações ditas e feitas por certos ministros de quem Cristo se utiliza para produzir certos efeitos no mundo hoje — principalmente a santidade. Assim, no Sacramento do Batismo, as palavras audíveis (Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo) e a ação visível (lava-cro), empregando uma coisa visível e tangível (água), são usadas por Cristo, por intermédio da pessoa que batiza, para produzir no batizado um efeito espiritual e invisível (um dom de graça — a remoção do pecado — santidade). O batismo produz o efeito desejado por ter sido ordenado por Cristo e por ser por êle usado. E' um rito — uma cerimônia estabelecida — que nos torna santos e simultaneamente significa os efeitos especiais que cada um dos Sacramentos tem em mira produzir. A instituição dos Sacramentos foi o meio de Cristo se pôr pessoalmente em contacto com cada indivíduo em "tôdas as nações" a que êle enviou os seus Apóstolos com aquelas palavras: "Ide, pois, e ensinaí tôdas as nações, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28, 19).

A Bíblia não usa a nossa linguagem dizendo que "Cristo instituiu êste ou aquêlê Sacramento", e nem tem obrigação de o fazer. Tudo o que precisamos achar na Bíblia é a afirmação explícita ou

implícita de que um rito usado por Cristo ou pelos seus Apóstolos dá o Espírito Santo e os seus dons, produz e desenvolve a vida cristã que Cristo veio trazer à terra, e então temos a instituição divina desse rito. Só a Deus pertence produzir graça através de um rito, e só Cristo, como o único mediador entre Deus e os homens, poderia ter dado a conhecer esse fato.

### O Batismo

O Batismo, sem dúvida, é mencionado na Bíblia repetidas vezes. S. Paulo falou do uso que Cristo fez dele e do efeito produzido, quando escreveu aos Efésios: "... Cristo amou a Igreja e entregou-se por ela, para poder santificá-la, purificando-a no lavacro de água (também Tito, 3, 5) por meio da palavra..." (5, 25-26). Aqui achamos uma coisa visível composta de um elemento — a água usada para purificar, e a palavra: Em nome do Pai e do Filho, etc., usadas por Cristo para santificar os membros da sua Igreja (cf. 28, 19).

Que Cristo pretendeu produzir este efeito por intermédio de outros que ele associou a si, isto é evidente pelas palavras do Apóstolo João: "Jesus fez e batizou mais discípulos do que João (Batista) — embora o próprio Jesus não batizasse, senão só seus discípulos..." (Jo 4, 1).

E' mediante o Sacramento do Batismo que Cristo torna cristãs as pessoas, dando-lhes uma nova vida, a vida cristã: "Se o homem não renascer da água e do

Espírito Santo, não pode entrar no reino de Deus" (Jo 3, 5).

### A Eucaristia

Quase tão freqüentemente como o Batismo, a Eucaristia aparece no Novo Testamento como um rito ao qual Cristo deu o pôsto e o significado de um Sacramento. Praticamente, todo o capítulo sexto do Evangelho de S. João é dedicado à promessa de Nosso Senhor sobre a Eucaristia. "Eu sou o Pão de Vida. Quem vem a mim não mais terá fome, e quem crê em mim nunca terá sede... se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós... Pois a minha carne é realmente comida e o meu sangue é realmente bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue fica em mim e eu nele

Eis aqui como S. Paulo relatou o cumprimento dessa promessa "... o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou pão, e, dando graças, partiu-o e disse: "Isto é meu corpo que será oferecido por amor de vós; fazei isto em memória de mim". Semelhantemente, também o cálice, depois de cear, dizendo: "Este cálice é o novo testamento em meu sangue; fazei isto todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciareis a morte do Senhor até que ele venha" (1 Cor 11, 23-26).

Há dois característicos importantes daquilo que Cristo fez e disse, os quais precisam ser fri-

sados. Primeiramente, êle declarou o significado do pão e do vinho, que êle convertia em seu Corpo e em seu Sangue, e que deu a êles para comerem e beberem. Falou dêles como de comida e bebida, e, quando consumidos, eram alimento. Por seu Corpo e seu Sangue, sob a aparência de pão e de vinho, deu-lhes alimento espiritual para a vida cristã que nêles fôra implantadas por ocasião do Batismo. Ademais, por essa forma, êle e cada um dos Apóstolos presentes estavam intimamente unidos de uma maneira espiritual. A aparência visível do pão e do vinho significavam os efeitos invisíveis que Cristo produzia — o fortalecimento da vida cristã que lhe assemelhara à vida haurida da vinha pelos ramos (Jo 15,1 ss.).

O que êle tinha feito, encarregou-os de fazer e autorizou-os a fazer do mesmo modo. Isto é um Sacramento.

Em segundo lugar, ao fazer o que fizera, assegurou-lhes: "Anunciareis a morte do Senhor". O corpo que êles recebiam sob a aparência de pão, aparentemente separado do seu sangue, devia ser oferecido em favor dêles. O sangue que êles recebiam sob a aparência de vinho, aparentemente separado do seu corpo, era o seu sangue no novo testamento. O sangue de animais derramado em sacrifício selou o velho testamento — o sangue de Cristo no seu sacrifício na Cruz selou o novo testamento de Deus com seu povo. Assim, na Última Ceia êle representou o sacrifício cruento

que anunciava a sua morte, por êle oferecida a seu Pai celestial em satisfação pelos pecados da humanidade.

O que êle havia feito — encarregou-os de fazer e autorizou-os a fazer. Isto é um Sacrifício.

A participação do Pão e do Vinho Eucarísticos é hoje chamada "Comunhão" na Igreja Católica. E ao ofertório sacrificial do Pão e do Vinho Eucarísticos, desde as orações preparatórias até às conclusivas, nós chamados "A Missa".

### A Confirmação

Os Atos dos Apóstolos dão prova abundante de que o rito de impor as mãos era considerado pelos Apóstolos não somente como significando, mas também como operando, a descida do Espírito Santo sobre os que haviam sido batizados (At 8, 14-18; também 19, 5-6); mas essa imposição das mãos devia ser efetuada por aqueles que tinham recebido a plenitude do Espírito — os Apóstolos (At 8, 12-16).

Temos aqui todos os elementos disso a que os católicos chamam um "Sacramento" — a Confirmação. A significativa cerimônia da imposição das mãos, pela qual se tem em mira comunicar a outro algum favor, qualidade ou excelência, usualmente de natureza espiritual, é extremamente antiga, e era praticada nos tempos do Antigo Testamento (Gn 48, 14; Nm 27, 8-23). Cristo semelhantemente usou essa cerimônia em várias ocasiões. Todavia, quando os Apóstolos impunham as

mãos sobre o recém-batizado, usavam isso com um novo e distinto significado — a comunicação do Espírito Santo, da sua graça e dos seus dons. Isso significava o desenvolvimento da vida cristã nos batizados e um fortalecimento de que, como cristãos confirmados, eles necessitavam para viverem e publicamente confessarem a sua Fé.

### A Ordem

Mas a imposição das mãos também era usada pelos Apóstolos para um fim outro e diferente. Eles delegavam o seu ofício aos seus sucessores impondo as mãos sobre eles. Achamos que o significado da imposição das mãos neste rito, a que nós chamamos o Sacramento da Ordem, é o conferimento, pelo Espírito Santo, de um ofício, e da graça para bem o exercer. Pode isto ser facilmente verificado nas palavras de S. Paulo a Timóteo: "... resuscita a graça de Deus que está em ti pela imposição de minhas mãos" (2 Tim 1, 6; também At 6, 6). Uma vez que Timóteo foi o sucessor de S. Paulo como Bispo da Igreja em Éfeso, essas palavras tornam claro que esse é o rito cristão para a ordenação dos sucessores dos Apóstolos. Semelhantemente, devia esse ser o rito cristão para a ordenação dos sucessores dos Apóstolos. Semelhantemente, devia esse ser o rito pelo qual eles deveriam ordenar os seus sucessores (1 Tim 5, 22). O fim inteiramente distinto e especial dessa imposição

das mãos torna-o um Sacramento distinto.

### O Matrimônio

A cerimônia do matrimônio cristão não é mencionada na Bíblia — provavelmente por consistir simples e essencialmente na permuta dos votos matrimoniais entre um homem e uma mulher cristãos. Mas o Novo Testamento menciona o matrimônio cristão, e a Igreja Católica ensina que ele é um Sacramento.

Quando examinamos o ensino de Jesus Cristo sobre o matrimônio, é claro que foi intenção dele elevá-lo do triste estado em que ele caíra no mundo em geral, entre os judeus. Ele insistiu em que o matrimônio é uma união entre um só homem e uma só mulher, e em que essa união é indissolúvel. Claramente considerou sagrado o matrimônio, uma vez que é Deus quem une o par consorciado. S. Paulo acrescenta que ele é sagrado por mais uma sublime razão.

O ponto principal que S. Paulo acentuou ao escrever aos Efésios (5, 21-33) é que, desde a vinda e morte de Cristo, o matrimônio cristão é alguma coisa de diferente daquilo que o matrimônio era antes. A união de marido e mulher é agora semelhante, e por ela deveria ser moldada, à união entre Cristo e sua Igreja. A união de marido e mulher é a de um só homem e uma só mulher até à morte, e é santa da santidade da união entre Cristo e a sua Igreja.

A uma citação do Gênesis: "Deixará o homem seu pai e sua mãe, e unir-se-á à sua esposa, e serão dois numa só carne", S. Paulo acrescenta a seguinte reflexão: "E' este um grande mistério; quero dizer em referência a Cristo e à Igreja". Ele não declara que o rito do matrimônio cristão é um Sacramento, mas indica tão somente que a união de marido e mulher é semelhante à união entre Cristo e sua Igreja, mas também que a união matrimonial é um título à assistência da graça de Cristo e do Espírito Santo para torná-la santa.

Consoante S. Paulo, o matrimônio cristão tem um caráter significativo. Significa a união entre Cristo e a sua Igreja. O fato de essa união de Cristo com a sua Igreja ser o modelo dos casamentos cristãos significa que estes devem ser moldados por ela, e que portanto o casamento assim compreendido e praticado pelos cristãos exemplificará a união de Cristo com a sua Igreja. Esta é a base escriturária para o ensino da Igreja Católica de que o matrimônio cristão é um Sacramento.

### A Extrema-Unção

Muito mais explícito é o Novo Testamento quando consideramos o Sacramento da Extrema-Unção, ou a Última Unção. Na Epístola do Apóstolo Tiago (5, 14-15), achamos uma breve descrição deste Sacramento. "Alguém entre vós está doente?", escreveu ele. "Mande chamar os presbíteros da Igreja e orem estes sô-

bre ele, ungindo-o com óleo em fé salvará o doente, e o Senhor o aliviará, e, se ele estiver em pecados, estes ser-lhes-ão perdoados".

S. Tiago está escrevendo aos cristãos e dizendo-lhes o que devem fazer. Quando um deles estiver perigosamente doente, deverá mandar chamar aqueles que poderão pôr em prática o rito desejado — os presbíteros da Igreja. O Novo Testamento usa este nome para certos chefes das primeiras comunidades cristãs que eram superiores aos leigos e aos diáconos, mas inferiores aos Apóstolos e aos principais sucessores destes que estabeleciam essas comunidades. Estes são os mesmos "presbíteros da Igreja" que o Espírito Santo colocou no rebanho inteiro "como bispos para rezarem a Igreja de Deus" (At 20, 17-28).

O que os presbíteros da Igreja têm de fazer é então indicado, e é algo de estabelecido e de oficial. Rezarão pelo doente — suplicarão a Deus em favor dele — e ao mesmo tempo ungi-lo-ão com óleo — ação fortalecedora e confortadora. Tudo isto é feito em nome do Senhor. O agir deles em nome de Cristo significa que eles agem de maneira religiosa e não estão aplicando um remédio natural de qualquer espécie; e significa também que estão agindo como ministros delegados em nome do próprio Cristo.

Os efeitos do rito são tanto físicos como espirituais, e ambos estes concernem à salvação do doente. A oração da fé em favor

da pessoa ungida trará salvação quer esta envolva o restabelecimento da sua saúde, quer não. Se a Deus assim aprouver, êle aliviará o doente. Certamente o restabelecimento da saúde deverá ser pedido. Porém, o que é mais importante, se o doente estiver em pecados, êstes lhe serão perdoados. Achamos nesta passagem um rito cristão restabelecido, e um efeito espiritual produzido quando êle é usado pela Igreja.

### Confissão

Não é fora de propósito assinalar que, em conexão com o Sacramento da Penitência, no qual são perdoados os pecados cometidos depois do Batismo, e com a confissão dos pecados a um sacerdote, mencionada numa das nossas perguntas, S. Tiago concluiu a sua descrição do rito de unção do doente com esta exortação: "Confessai, pois, os vossos pecados *uns aos outros*, e orai uns pelos outros, para serdes salvos". Diz, então, a Bíblia que só devemos confessar nossos pecados a Deus? Essas são palavras interessantes, que deveriam ser cuidadosamente consideradas por quem quer que esteja interessado em saber onde a confissão dos pecados a um sacerdote é mencionada na Bíblia. Há eruditos da Escritura que acham nessas palavras a confissão dos pecados a um presbítero da Igreja ou a isso a que os católicos chamam um "padre".

Isto é certíssimo: S. Tiago fala expressamente da confissão dos pecados. Seja lá a quem fôr que

os pecados devam ser confessados, — a confissão dos pecados em si mesma é necessária. Mas feita a quem? "Uns aos outros", são as palavras dêle. E que querem dizer estas palavras?

Mais adiante, na mesma Epístola (5, 9), exortando os cristãos a serem pacientes, S. Tiago usa estas palavras: "Não vos queixeis uns dos outros". Não quer isto dizer que os que têm razão de se queixar não devem queixar-se dos que dão causa à fria queixa?

S. Paulo usou linguagem similar escrevendo aos Efésios (5, 21): "Sêde sujeitos uns aos outros". Não quis êle dizer: Súditos, obedeci aos que têm autoridade sobre vós — mulheres, obedeci aos vossos maridos — escravos, obedeci aos vossos senhores? Certamente êle não quis dizer ser sujeito a qualquer um ou a cada um.

Quando S. Paulo diz aos Colossenses (3, 13) que êles deveriam "ensinar uns aos outros", não quer dizer que os que estão em condições de ensinar deveriam ensinar aos que necessitam ser ensinados?

Não: "uns aos outros" nem sempre quer dizer qualquer um ou cada um. O sentido depende daquilo que uns fazem aos outros.

Considere, portanto, o que S. Tiago disse: "Confessai os vossos pecados uns aos outros". Será possível que êle não quisesse dizer: "Confessai os vossos pecados àqueles que são delegados para perdoar pecados — os presbíteros da Igreja?".

Seja lá como fôr, isto suscita a questão: Delegou Cristo seus Apóstolos e os sucessores dêstes para perdoarem pecados, e foi isto um Sacramento?

### A Penitência

Se Cristo não delegou seus Apóstolos para perdoarem pecados, então são ininteligíveis, as suas palavras ditas a êles (Jo 20, 19-23) depois da sua Ressurreição. Postando-se no meio dêles, êle disse: "Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio". Quando disse isto, soprou sobre êles e lhes disse: "Recebei o Espírito Santo; aquêles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aquêles a quem os reverterdes ser-lhes-ão retidos". Êle não apenas lhes prometeu o Espírito Santo, mas então e ali mesmo lhes comunicou o Espírito Santo, e o seu intuito é claro. Deviam êles perdoar e reter pecados.

O perdão dos pecados é muitas vêzes mencionado na Bíblia, e não há enganar-se com o seu significado: um pecador é livrado, isentado do seu pecado, a sua culpa não mais existe, e êle é justo diante de Deus (Rom 5, 5; 8, 14, ss.; Tgo 2, 23).

Ora, só Deus possui *por seu próprio direito* o poder de perdoar o pecado, que de algum modo é sempre uma ofensa a êle. Depois de haver Jesus perdoado os pecados de um paralítico, foi objetado que só Deus pode perdoar pecados, e êle não negou isto, mas passou a provar, pelo milagre da cura instantânea e completa do paralíti-

co, que "o Filho do homem na terra tem o poder de perdoar pecados" (Lc 5, 21, ss.).

Foi precisamente êste poder divino que Jesus delegou aos seus Apóstolos. Foi para os tornar capazes de exercer êsse poder que êle lhes comunicou o Espírito Santo. Foi por esta razão que lhes delegou a sua missão e a sua autoridade (Jo 22, 21); e a sua missão era livrar os homens dos seus pecados (Mt 1, 21) — justificar os pecadores (Mt 9, 13; Lc 5, 32).

Disse-lhes também reterem pecados, e isto foi justamente uma parte do seu mandamento tanto como o foi a de perdoarem pecados. Ademais, por estas palavras êle determinou a natureza do ato pelo qual, como seus ministros, deviam êles exercer o poder que êle lhes dava.

Se êles perdoariam ou reteriam os pecados, isto foi deixado ao seu julgamento, e êste julgamento evidentemente não podia ser baseado em fortuidade ou capricho. Segundo o julgamento dêles, os homens ou permaneceriam pecadores ou seriam livrados do pecado — seriam culpados ou não culpados aos olhos de Deus. Êle claramente pretendeu obrigar os seus Apóstolos a agir prudentemente e justamente, a levarem em conta o grau de culpa do pecador e a sinceridade do seu arrependimento. A fim de cumprirem esta obrigação, a fim de justa e prudentemente julgarem se deveriam perdoar ou reter, êles precisavam conhecer duas coisas — quais eram os pecados do pe-

cador, e se este estava verdadeiramente pesaroso dêles. E como poderiam acertar com estes fatos a não ser pela confissão feita pelo pecador?

Não se pode, pois, negar que, autorizando e obrigando os Apóstolos a perdoarem e reterem pecados, Nosso Senhor estabeleceu, para os pecadores que buscassem perdão, uma correspondente obrigação de confessarem os seus pecados. Assim fazendo, estabeleceu o rito conhecido na Igreja Católica como o Sacramento da Penitência, ou, como é comumente chamado, "Confissão". O pecador confessa os seus pecados e professa o seu pesar dêles, pesar cuja sinceridade é indicada pela sua determinação, com o auxílio de Deus, de não mais cometer êsses

pecados. O sacerdote — um presbítero da Igreja — julga-o merecedor de perdão, e em nome de Deus lhe perdoa.

Não será possível que, quando S. Tiago se referiu à confissão dos pecados em conexão com a unção do doente, se haja referido à conjunção dos *dois* Sacramentos?

O que dissemos sobre os Sacramentos na Bíblia não é nem pretende ser uma resposta a todas as questões que podem ser suscitadas no tocante aos Sete Sacramentos. Foi nosso único intuito mostrar a qualquer inquiridor sincero que o ensino da Igreja, de que há sete Sacramentos, pode ser apoiado pela Palavra de Deus como achada na Bíblia.

# ONDE É QUE O PURGATÓRIO É MENCIONADO NA BÍBLIA?



A resposta a esta pergunta não requer um tratado sobre o Purgatório. Talvez que nenhum ponto da crença católica seja tão largamente mal entendido e mal representado como este, e, para quem estiver interessado nos fatos, valerá a pena ler este folheto.

Todavia, antes de procurarmos pelo Purgatório na Bíblia, é senão certo termos a reta noção daqui por que estamos procurando.

Sobre a autoridade da revelação de Deus, a Igreja Católica crê que depois da morte há um estado que é comumente chamado Purgatório. Nem sempre foi este o nome usado. Por muitos séculos na primitiva história da Igreja foi ele chamado "o caminho sombrio", "um lugar de soluços e lágrimas", "um lugar de chamas purificadoras", "um lugar de fogo transitório e de castigo purgatório". Finalmente, no século treze, o nome "Purgatório", que é mais apropriado, obteve o uso comum e estabelecido.

Os católicos só são obrigados a crer duas coisas sobre o Purgatório. Primeiro, cremos que vão

para o Purgatório aqueles que morreram livres de pecados graves, e que são amigos de Deus, e que portanto salvaram suas almas, mas que também, durante a sua vida, não preencheram todas as exigências de um Deus misericordiosíssimo, justíssimo, que nos responsabili-

za por todos os nossos pecados.

E também cremos que as orações dos vivos, especialmente as que oferecemos por intermédio de Cristo no Sacrifício da Missa, podem mover Deus a ser misericordioso para com as almas que estão no Purgatório.

Ora, a questão é: Onde achamos isso na Bíblia? E a resposta será achada no capítulo 12 do Segundo Livro dos Macabeus, no Antigo Testamento. No dia seguinte ao da sua vitória sobre Górgias, governador da Iduméia, Judas Macabeu, o chefe dos judeus, juntamente com a sua companhia, descobriu por debaixo das túnicas dos soldados judeus que eram mortos na batalha, objetos de valor que tinham sido pilhados do templo dos ídolos em Jâmnia. Isto era contrário à lei dos Judeus (Dt 7, 26), e Judas

e os seus homens consideraram que a morte dêles tinha sido um castigo de Deus.

O autor inspirado prossegue então dizendo: "Então todos êles bendisseram o justo juízo do Senhor, que descobrira as coisas que estavam ocultas.

"E, assim, entregando-se a orações, suplicaram-lhe fôsse esquecido o pecado que fôra cometido.

"Porém o valentíssimo Judas exortou o povo a resguardar-se do pecado, vendo, como via, sob seus olhos, o que acontecera por causa dos pecados dos que haviam sido prostrados. E, fazendo uma coleta, enviou duas mil dracmas de prata a Jerusalém para que fôsse oferecido sacrifício pelos pecados dos mortos, pensando bem e religiosamente sôbre a ressurreição.

"(Porque, se êle não esperasse que os que haviam tombado devessem ressuscitar, teria parecido supérfluo e vão orar pelos mortos). E porque considerava que aos que haviam dormido piedosamente lhes estava reservada magnífica recompensa.

"E', pois, um santo e salutar pensamento orar pelos mortos, para que sejam absolvidos dos seus pecados".

Vários pontos importantes não devem passar despercebidos nesta passagem.

1. Depois que o saque ilegal foi achado com os soldados, os seus parentes judeus reuniram-se em oração privada pelos soldados caídos, para que o seu pecado "fôsse apagado da mente de Deus".

2. Depois disso, um sacrifício público de expiação (Lv 4, 2-35) foi oferecido no templo a fim de satisfazer pelos pecados dêles e assegurar aos soldados mortos absolvição dos seus pecados.

3. Estes pecados não os haviam roubado da piedade, do contrário teria sido vão orar com esperança na futura ressurreição dêles. Contudo, foi oferecida oração ao Deus justo e misericordioso. E foi conveniente oferecer sacrifício público em satisfação pelos pecados dêles, embora êles houvessem salvado as suas almas.

4. De tudo isso o autor inspirado concluiu, não mais falando de Judas e dos soldados mortos em particular, porém dos mortos em geral; — não mais falando dos pecados particulares de transgressão da Lei cometidos por aquêles soldados, mas sim de quaisquer pecados; — não mais aprovando a oração de Judas e dos seus homens sômente, mas recomendando-a a cada um: "E' um sant e salutar pensamento orar pelo. mortos, para que êles sejam absolvidos dos seus pecados".

E' impossível compreender como poderia a Bíblia mencionar mais claramente do que assim a crença católica no Purgatório.

Judas Macabeu não duvidou da futura ressurreição dos soldados tombados. Contudo, a futura ressurreição dêles não era afetada pelos pecados cometidos na pilhagem de Jâmnia. Um dia êles ressuscitariam e gozariam a recompensa dos que dormiram no Senhor, do contrário seria vã a ora-

ção feita em favor dêles. Mas, antes disso, êles precisavam ser livrados dos seus pecados pelo sacrifício público no templo.

Deve admitir-se que, no pensamento do autor inspirado, êses soldados não se perderam para sempre. Ao mesmo tempo, devido aos seus pecados, êles não gozavam a grande graça que tinha sido preparada para êles. Estavam, claramente, num estado em que precisavam ser absolvidos dos seus pecados, e no qual poderiam ser ajudados pelas orações dos vivos. E a Bíblia recomenda a cada um a idéia inteira.

A esta altura, pode o leitor ler manuseado a sua Bíblia tôda para descobrir que o Segundo Livro dos Macabeus e essa passagem inteira em parte alguma é nela achada. E pode perguntar: Por que não está ela ali?

E' esta uma boa pergunta. Succede ser uma pergunta que qualquer um cuja Bíblia não contém êsse Livro deveria não somente fazer-se, mas deveria também tomar medidas para resolver, em sua própria satisfação. Multíssimos aceitam, sem questão, como sendo a coisa real, o volume bem encadernado, bem impresso, com o título "Bíblia Sagrada" na capa em letras douradas. Mas será? Como o sabem? E por que não descobrem nêle aquela passagem?

Sempre houve quem não hesitasse em intrometer-se nas Escrituras. Passagens foram refreadas para quadrar com as suas idéias e opiniões preconcebidas,

palavras foram inseridas e outras convenientemente omitidas — de fato, livros inteiros foram eliminados — para o mesmo fim.

Os católicos não têm embaraço em responder à pergunta: "Qual é a Bíblia genuína e completa?" Bem cônica do perigo, após séculos de experiência com Bíblias espúrias, a Igreja insiste em que todos — clérigos igualmente — usem somente as versões da Bíblia que tenham sido cuidadosamente confrontadas com as mais antigas e mais autênticas versões disponíveis aos eruditos da Escritura por um período de dezenove séculos,

A pergunta de por que razão vários livros ou porções foram retiradas da Bíblia foi discutida no nosso folheto desta série intitulado "*Mas você entende realmente a Bíblia?*", e aqui não será considerada. Todavia, ao resolver a questão de por que o Segundo Livro dos Macabeus foi retirado da lista dos livros inspirados que formaram a Bíblia, duas outras questões devem ser encaradas por todo cristão sincero.

Por que é que você acha os cristãos dos primeiros tempos usando êsse Livro como parte da palavra de Deus inspirada? E' algo mais do que coincidência que, na Epístola aos Hebreus, pareça haver notável alusão (11, 35-36) ao sofrimento de Eleazar e de seus sete irmãos (2 Mac 6, 19-28).

No século II depois de Cristo, o Pastor de Hermas (140-154 A. D.) refere-se ao 2 Mac (7, 23) ao falar de "Deus que criou o mundo" (Visão 1, 3, 4). Mais

# *Um só Mediador e Intercessor— Cristo, o Redentor*

*Onde é que a Bíblia menciona rezar a Maria ou aos santos, ou que Maria é medianeira entre Deus e os homens?*

Na mente de algumas pessoas, o ato de oração está associado exclusivamente com um ato de adoração de Deus, mas assim não deveria ser. Podemos adorar a Deus quando oramos a êle, mas isto não quer dizer que adoremos algum outro ser humano quando lhe dirigimos um ato de oração.



O ato de oração a que se alude na questão que estamos considerando é o simples ato de pedir um favor a outrem. Oramos quando pedimos um favor a um amigo. A oração pode ser dirigida a qualquer um que esteja no caso de conceder aquilo que a oração contém.

Achamos os cristãos primitivos dirigindo orações não sòmente Deus, *mas igualmente a outros cristãos*. Considere cuidadosame

tarde, por volta de 235, Clemente de Alexandria e Cipriano (258) falam dêsse livro. Hipólito de Roma (255) usou êsse livro no seu comentário sôbre a Escritura, como também o fêz Orígenes (352).

Assim, em tôdas as partes da Igreja — no Oriente e no Ocidente — êsse livro foi aceito pelos primitivos cristãos. E parece óbvio que, se então êsse livro era parte das Escrituras, ainda o é e deveria ser hoje.

Por que então foi êsse livro retirado da lista dos livros inspirados, e quem o excluiu de algumas Bíblias?

O pioneiro disso foi Martinho Lutero. Na discussão de Leipzig, êle foi instado por João Eck a declarar se ainda cria no Purgatório. Respondeu que, "na verdade, em tôda a Escritura não há uma só palavra sôbre o assunto". Quando a passagem do Segundo Livro dos Macabeus lhe foi proposta como prova, êle simplesmente rejeitou a coisa tôda, rejeitando os dois Livros dos Macabeus como tendo sido erroneamente colocados na lista das Escrituras inspiradas. Êle não acreditava no Purgatório ou no valor das orações pelos mortos, e por isso os Livros dos Macabeus tiveram de ser riscados!

*companheiros cristãos*, estaria êle ofendendo a Deus ou roubando-o de algo da honra que lhe é devida? Pelo contrário, estava apenas seguindo o ensino cristão: "... Oraí uns pelos outros, para que sejais salvos, pois de grande proveito é a oração incessante do justo" (Tgo 5, 16).

"Rogamo-vos, Maria, por Nosso Senhor Jesus Cristo, e pela caridade do Espírito Santo, que nos ajudeis nas nossas preces a Deus". Substituindo pelo nome de "Maria", ou de qualquer Santo, o nome "Meus irmãos" na oração de S. Paulo, tem você idênticamente a mesma oração que a Igreja Católica oferece a Maria e aos Santos.

Esta prática da oração é idêntica à que a Bíblia mostra ter sido a prática dos Apóstolos e dos primitivos cristãos. Pode alguém duvidar de que S. Paulo, que implorou as preces de seus irmãos, hesitaria em incluir entre êsses irmãos Maria, a Mãe de Jesus Cristo? Assim, a *mesma espécie de oração* que oferecemos a Maria e aos Santos é mencionada na Bíblia.

"Porém Maria e os Santos a quem você reza estão *mortos*", será objetado. "A Bíblia só fala de preces aos *vivos*".

Tal questão, vinda dos que não têm idéia nem esperança de uma vida futura, tem sentido, mas não veio de cristãos que professam crer na sobrevivência após a morte e na realidade da vida futura. No caso de Maria, mui certamente não deve Maria ser classificada entre os mortos. A sua

Assunção ao céu significa que o seu corpo, revivificado pela sua alma, foi ressuscitada do túmulo e ela está viva no céu juntamente com os bem-aventurados santos que terão os seus corpos restaurados no fim do mundo. Todos êles também estão vivos.

E' privilégio do cristão ter a plena segurança de uma vida futura, e olhar para a vida após a morte como mais verdadeiramente real do que a vida que presentemente conhecemos. Esta segurança é fundada na fé, e não em conjectura ou opinião — fé que é não menos certa do que a real experiência pessoal. Nós não perdemos os nossos amigos quando êles morrem; ganhamo-los se êles morrem como amigos de Deus. "Assim como eu vivo", disse Nosso Senhor, "assim também vivereis". Maria e os santos estão no céu, e o céu é a mansão dos vivos.

Acaso Maria e os santos que estão com Cristo cessaram de nos amar e de se interessar pelos nossos negócios? Não; nós cremos na comunhão dos santos — artigo do nosso Credo que frequentemente é esquecido.

"Longe de nós", escreveu S. Bernardo (*Sobre a Morte de Malaquias*), "o pensamento de que aquêle amor que vimos tão ativo na terra deva ser diminuído ou destruído no céu... o amor dos que se foram antes de nós e passaram pelo vale da sombra da morte não pode faltar, pois o amor é mais forte do que a morte; ademais, a amplitude do céu alarga os corações dos ho-

mens, não os estreita; enche-os de mais amor, não os esvazia do amor que eles tinham antes. A luz de Deus, a memória é iluminada e fortalecida, não é obscurecida; o que antes não era sabido agora é aprendido; e não o que era sabido é desaprendido; numa palavra, é o céu e não a terra", e o céu não é uma terra de separação ou de esquecimento.

Não há senão um só Corpo dos fiéis, ou no céu ou na terra, e Jesus Cristo é o seu Cabeça, e através dEle há uma comunhão entre todos os membros do seu Corpo. Aquêles que entraram no seu repouso não cessaram por isso de ser nossos irmãos e de nos amar. Nem cessaram de amar a Deus e de interessar-se por tudo quanto concerne à honra e glória de Deus e à salvação das almas dos homens.

Se Maria e os santos estão vivos, pode alguém negar que eles estão no caso de saber que nós lhes procuramos as preces? O gozo da vida beata do céu não os priva do poder de conhecimento, antes este é aumentado. De que no céu há conhecimento do que se passa neste mundo, isto é claro pelas próprias palavras de Cristo: "... haverá alegria entre os anjos de Deus por um só pecador que se arrepende" (Lc 25, 10). Deus certamente pode fazer com que Maria e os santos conheçam o que se passa neste mundo. Que realmente o faz é certo pela segurança que Cristo deu de que eles são "iguais aos anjos" (Lc 20, 36); e, embora ele falasse dos bem-aventu-

rados no céu depois da ressurreição do corpo, Maria tem o seu corpo restabelecido, e os santos não necessitam dos seus corpos para serem capazes de conhecimento mais do que necessitam os anjos, que não têm corpo.

Maria e os santos já não são mais afetados pelo tempo e pelo espaço do modo como nós o somos enquanto estamos na terra. Não estão sujeitos às dificuldades e imperfeições de comunicação a que nós estamos. Nada impede Maria e os santos de conhecerem os nossos pedidos a eles, mal são formulados na nossa mente e no nosso coração, e de os apresentarem a Deus. Eles conhecem essas coisas em Deus, a quem vêem face a face.

Os que acham falta na oração a Maria e aos Santos usualmente assim fazem sobre o fundamento de que, com isso, Maria e os Santos são exaltados a uma posição de paridade com Cristo. Mas S. Paulo, dizem eles, diz: "Há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, homer Ele próprio, Cristo Jesus, que se deu em resgate por todos..." (1 Tim 2, 5). E' Cristo "... quem está sempre vivo para interceder por nós" (Heb 7, 25).

Mas que quis Ele dizer quando falou de Jesus Cristo como nosso Mediador? Acaso não se referiu ao fato de que só Cristo era o Redentor da humanidade — de que, como homem, Ele morreu e ofereceu a sua morte como um sacrifício redentor? Os católicos não fazem tal reivindicação para Maria hoje — nem nunca

a fizeram. Verdade é que ela foi associada ao Mediador na sua missão redentora, como explicamos no nosso folheto desta coleção *"Sim... a Mãe de Deus ajudá-lo-á"*. De fato, ela lhe foi associada mais de perto do que o foram seus Apóstolos escolhidos. Isto, no entanto, não a faz uma "medianeira" ou "mediadora" no sentido que êste termo tem quando aplicado a Jesus Cristo, e nem os católicos dizem que o faz.

Semelhantemente, Cristo nosso Redentor está sempre vivo para interceder por nós. Aquêles que é o nosso Intercessor é também o nosso Redentor, que intercede apoiado na força do Sacrifício que só êle fez por nós. Nem Maria nem Santo algum poderia ser nosso Intercessor no sentido em que Cristo o é.

Mas, perguntamos, pelo fato de, como nosso Redentor, Jesus Cristo ser o único Mediador *entre Deus e os homens*, sempre vivo para interceder por nós, quer dizer que os termos "mediador" e "intercessor" não podem ser usados em outros sentidos e aplicados a outros por diferentes razões? O dicionário justifica o uso do termo "mediador" no sentido de alguém que age como intermediário em efetuar alguma coisa, em pôr por obra alguma coisa, em comunicar algo, e coisas que tais.

Muitos não parecem dar-se conta de que S. Paulo falou de Jesus Cristo como o único Mediador *entre Deus e os homens*, e isto não exclui a possibilidade, nem sequer sugere a incongruência, de haver intermediários entre Jesus

Cristo e os outros homens. De feito, a Bíblia inteira toma essa mediação como pressuposta.

Maria, a Mãe de Jesus, foi o meio pelo qual Jesus Cristo veio a êste mundo como homem: "... Deus enviou seu Filho, feito da mulher" (Gál 4, 4). Do sangue do seu coração e da substância do seu corpo ela forneceu com que formar o corpo daquele cuja morte na cruz obteve a nossa Redenção e reconciliação com Deus Pai. *De bom grado ela consentiu em se tornar a mãe do nosso Redentor quando êste lhe foi anunciado* (Lc 1, 38). Jesus Cristo poderia ter vindo ao mundo de outros modos, mas o Plano Divino pedia que o Salvador tivesse um corpo vindo à existência através do veículo regular do seio de uma mãe humana. Neste sentido somos devedores a Maria. Ela foi o meio, ou, se se quiser, o Mediador, pelo qual Cristo se fez um de nós. Maria não é o mediador entre Deus e os homens, só Jesus Cristo o é; mas fato histórico que ninguém pode negar é que ela foi o meio pelo qual êle veio a êste mundo e se fez membro da raça humana.

Achamos mais de uma espécie de mediação na Bíblia. Quando João Batista apontou o Salvador do mundo com as palavras: "Eis o Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo" (Jo 1, 29), serviu de meio para chamar a atenção de João Evangelista e de Pedro para Nosso Senhor. O Batista foi o meio pelo qual Jesus Cristo se tornou conhecido a êsses Apóstolos. O Ba

tista, que disse as palavras, foi o mediador entre eles e Jesus Cristo.

Similarmente, quando André foi em busca de Simão Pedro para o trazer a Jesus, êle, André, tornou-se o meio que levou Pedro aos pés do seu Redentor (Jo 1, 40-42). Jesus poderia ter-se feito conhecido diretamente a êsses homens, mas preferiu obrar através de outros, como preferira fazer desde sempre através dos séculos. A história de Cristo nos Evangelhos lida por um homem que nunca conheceu Cristo faz do autor dêsse Evangelho um mediador. Mateus, Marcos, Lucas e João são mediadores. Qualquer pregador que proclama Cristo e a sua mensagem é um mediador, mas — seja repetido uma e mais vezes — não entre Deus e os homens, mais sim entre Jesus Cristo e os homens.

Quem quer que administra o Sacramento do Batismo, e assim se torna o instrumento da regeneração da parte batizada, é um mediador. Aquêlle que batiza é de pouca consequência em si mesmo, mas o rito que Cristo prescreveu como essencial à salvação é da maior consequência. Faz pouca ou nenhuma diferença quem é que administra o rito, se é santo ou pecador, masculino ou feminino, crente ou infiel; a obediência à ordem de Cristo é que vale, e Ele, o único Mediador entre Deus e os homens, deve ter atribuído alguma poderosa e misteriosa eficácia a êsse simples rito, visto que tanta coisa depende d'êle. "Quem crer e fôr batizado

será salvo" (Mc 16, 16). Aquêlle que faz o batismo torna-se um mediador segundo a definição do termo dada pelo dicionário. Repetido seja mais uma vez, não se torna um mediador entre Deus e os homens, mas sim entre Jesus Cristo e os homens.

Similarmente, quando Jesus Cristo incumbiu os Apóstolos de irem e ensinarem a tôdas as nações tudo quanto êle mandara, de batizá-las e perdoar pecados, estava interpondo o ministério dêles, de pregar, batizar e perdoar, entre êle próprio e outros. Os Apóstolos, portanto, pela própria designação de Jesus Cristo, tornaram-se intermediários entre êle mesmo e os homens, para que os homens viessem a ter fé em Jesus Cristo e participassem dos benefícios da sua mediação única perante o trono daquele que "é quem tem a imortalidade e habita na luz inacessível, aquêlle que nenhum homem viu ou pode ver, ao qual seja dada honra e domínio por todo o sempre" (1 Tim 6, 16).

De fato, é tão importante essa mediação dos Apóstolos e de seus sucessores no ministério cristão, que S. Paulo não hesita em declarar a Timóteo: "Toma cuidado contigo e com o teu ensino, sê zeloso nêles. Porque, assim fazendo, salvarás ao mesmo tempo a ti e aos que te ouvem" (1 Tim 4, 16). As palavras que aqui devem ser especialmente notadas são as que dizem que Timóteo salve outros que escutam a sua pregação da Palavra. Se êle salva outros por lhes trazer o conhecimento salvador de Jesus Cristo, por

êsse mesmo fato êle é um mediador de salvação entre os homens e Jesus Cristo, e tal é também qualquer outro ministro que, transmitindo a mensagem evangélica ou batizando, leva Jesus Cristo aos homens e os homens a Jesus Cristo.

Outro exemplo bíblico de mediação quadra particularmente ao ponto suscitado pelas nossas perguntas. Nas bodas de Caná (Jo 2, 1-11), o vinho faltou no meio das festividades. Isto era dolorosamente embaraçoso para a noiva e para o noivo. Em consideração aos sentimentos dêles, Maria chamou para a situação a atenção de seu Filho. E, embora a hora dêle de operar o seu primeiro milagre ainda não fôsse chegada, todavia, por não poder no seu coração recusar a ela qualquer coisa, êle milagrosamente forneceu vinho a pedido dela.

Nessa instância, Maria foi uma mediadora. Nosso Senhor certamente sentiu a situação, mas esperou que sua atenção fôsse chamada para ela por Maria.

Por ter sido tão eficaz nesse caso o pedido de Maria, e haver induzido seu Filho a antecipar o tempo em que êle planejara operar o seu primeiro milagre, muitos crêem no poder das orações dela. Crêem que ela é nossa Medianeira, não entre Deus e os homens, mas entre os homens e seu Filho, sendo êste o único Mediador entre Deus e os homens. Eles rezam a ela, não para que por sua própria autoridade ou por quaisquer recursos pessoais seus, ela nos dê graças e bênçãos, mas para que interceda em nosso favor junto ao seu Divino Filho, que por sua vez intercederá por nós junto Aquele que é a fonte de todo dor bom e perfeito (Tgo 1, 17).

# Frades, freiras e abstinência às sextas-feiras

Onde é que na Bíblia é mencionada a autorização para mosteiros ou Conventos de frades ou de freiras?

Onde é que na Bíblia é chamado pecado comer carne às sextas-feiras?

Estas podem parecer questões não relacionadas entre si, mas o são. Ambas se relacionam com leis e disciplina da vida cristã como autorizadas pela Igreja Católica. As leis da Igreja como tais não seriam achadas expressamente estatuídas na Bíblia. Porém os assuntos de que essas leis tratam, e que de maneira prática elas aplicam à vida cristã, ali serão achados.

Consideremos primeiro a prática católica de abstinência de carne às sextas-feiras. A Igreja tem aplicado esta lei quase em toda parte no mundo, por uma razão muito simples e escriturária. Nosso Senhor foi muito explícito quando disse: "Se alguém quiser vir após mim, renegue-se a si mesmo, tome a sua cruz diariamente e siga-me" (Lc 9, 23). À luz destas palavras, torna-se muitíssimo aparente que todo aquele que é digno de ser chamado cristão há de ser acha-



do praticando a abnegação.

Ora, abnegação ou abstinência não quer dizer somente daquilo que é mau, senão também daquilo que em si mesmo é bom. E' negar também a si mesmo coisas que poderiam ser legalmente feitas e fruídas. Deixados aos seus próprios caprichos, qua-

tos cristãos vivem permanentemente em conformidade com a evidente recomendação de Cristo? Pouquíssimos! A experiência da Igreja Católica através dos séculos tem apoiado isto. Assim, a fim de assegurar a prática ao menos de um mínimo de abnegação, a Igreja determinou que os católicos no mundo inteiro neguem a si mesmos carne em alguns dias do ano, por exemplo às sextas-feiras da Quaresma.

Mas por que sexta-feira? Poderia ser qualquer outro dia da semana, mas sucede ser a sexta-feira o dia em que Nosso Senhor praticou o ato supremo de abnegação. Nela não somente êle carregou a sua cruz, como também deu a sua vida por nós. Este fato nós nunca devemos esquecer, antes sempre honrar. Que dia melhor para os cristãos pra-

ticarem a abnegação... para obedecerem a êsse mandamento? Por isto a Igreja, e não a Bíblia, especificou a sexta-feira, e quem ousará dizer que isto é contrário à Bíblia?

Não há nada errado em comer carne em qualquer parte ou em qualquer tempo. Então, por que negar a si carne? Pela razão óbvia de que a carne é um alimento universal. Poderá ser citado um alimento que seja mais comum à humanidade no mundo inteiro do que a carne de animais vivos em terras secas? Sem dúvida, escolhendo-a como objeto de abnegação universal, a Igreja teve um olho naquilo que S. Paulo disse, isto é, de que era coisa boa abster-se de carne (Rom .4, 21), porém poderiam ter sido escolhidos pão ou peixe ou ovos. Quando se considera bem isto, que alimento mais universal pode ser achado para a Igreja Católica, universal, na qual deve haver abnegação comum e coletiva?

#### Importância da Sexta-Feira

Há quem não goste da idéia de membros da Igreja aderindo no mundo inteiro à prática de abnegação, mas êsses esquecem a unidade que Cristo esperou reinasse entre os seus discípulos (Jo 17, 21). Outros dizem que a Sexta-Feira, como dia designado, não é mencionada na Bíblia. Por certo não o é, mas, como dissemos, a Sexta-Feira em que Cristo morreu o é — e nós não desejamos esquecê-la.

Quando alguém clama contra a "regimentação", referindo-se à de-

terminação da Igreja sobre o dia e maneira de praticarmos a abnegação ordenada pelo próprio Cristo, nós apontamos para Cristo deputando seus Apóstolos e os sucessores dêstes: "... ensinai-lhes (aos seus seguidores entre as nações) tôdas as coisas que eu mandei" (Mt 28, 19), e quando disse: "... tudo quanto ligardes na terra será ligado também no céu" (Mt 18, 18). Ele não poderia ter pretendido nada menos do que a disciplina moral da conduta mediante a feitura de leis.

Agora, que dizer dos mosteiros ou conventos de frades e de freiras? Como as habitações em que vivem frades e freiras, em parte alguma são êles autorizados na Bíblia. Nem o são seminários, curatos ou reitorias Luteranas, Batistas ou Metodistas. Não há boa razão para que o fôssem.

Porém mais provavelmente o que esta questão indaga é se a vida levada pelos frades e freiras católicos é autorizada na Bíblia. Freiras e frades, sem dúvida, são mulheres e homens religiosos (podendo, êstes últimos, ser ordenados sacerdotes ou não) os quais todos vivem vida comum aprovada e regulada pela Igreja, vida em que praticam os conselhos de Cristo, de pobreza, castidade e obediência. Será que achamos tal vida autorizada na Bíblia? A resposta é facilmente achada.

#### «Vem e segue-me»

Há pouca necessidade de nos alongarmos sobre a recomendação feita por Cristo da obediência e

da pobreza. Não pode haver dúvida de que ambas são claramente indicadas na sua resposta ao homem rico que tinha guardado os mandamentos de Deus desde a mocidade, porém que queria fazer mais. "Se queres ser perfeito", disse Jesus, "vai, vende o que tens e dá-o aos pobres... e vem e segue-me" (Mt 19, 21). Não era êsse um mandamento, porém mui certamente era um conselho que autorizava uma obediência especial e o desapêgo das posses mundanas.

A vida de celibato, a casta vida não-núbil de frades e de freiras, é que é o principal interesse dos que formulam a pergunta sobre os "conventos de frades e de freiras. Por que é que padres ou frades e freiras não se casam?

Infelizmente, sempre há os que estão ansiosos por julgar por si mesmos os negócios do próximo. E, o que pior é, os seus motivos ao assim fazerem são, muitas vezes, baseados em juízos precipitados. A tais pessoas é preciso dizer-se que os padres e as freiras católicos preferem não se casar. Ninguém é obrigado a ser padre ou freira. Mas, já que a Igreja fez da vida de celibato uma condição requerida para a vida de padre ou de freira, êles livremente escolhem esta espécie de vida por quererem ser padres ou freiras.

### O celibato

Mas também há os que sinceramente querem saber o que é que há em abono do requerido celibato de padres e de freiras. "E'

êle autorizado pela Bíblia?", perguntam êles. Se por "autorizado" se entende mandado pela Bíblia, a resposta é: Não. Trata-se meramente de uma lei da Igreja. Mas, se por "autorizado" se entende incentivado e recomendado por Cristo e pelos seus Apóstolos, conforme o ensino dêles é registrado na Bíblia, então a resposta é: Sim.

Achamos Nosso Senhor expressamente recomendando o celibato preferido por motivos religiosos (Mt 19, 11-12). Porém imediatamente êle acrescentou que essa vida de abnegação não é para todos. Só os poucos que têm uma vocação especial devem assumir tal obrigação: "Quem puder compreender compreenda", isto é, aceita-o quem puder.

Quem quer que pergunta: "O celibato é autorizado pela Bíblia?" deveria ler refletidamente o capítulo sétimo da Epístola de S. Paulo aos Coríntios, especialmente onde êle diz: "Pois eu quisera que vós todos fôsseis como eu sou; mas cada um tem o seu próprio dom recebido de Deus, um dêste modo e outro daquele. Digo, porém, aos não casados e às viúvas que é bom para êles assim ficarem, tal como eu" (1 Cor 7, 7-8). S. Paulo foi celibatário, e a razão pela qual êle recomendou o celibato para os que podem viver tal vida é declarada subsequentemente no mesmo capítulo: "Gostaria de que fôsseis livres de cuidado. Aquêle que não é casado está ocupado das coisas do Senhor, de como pode agradar a Deus. Ao passo que quem é casa-

do está ocupado das coisas do mundo, de como pode agradar à sua mulher; e está dividido. E a mulher não casada e a virgem cuidam das coisas do Senhor, para serem santas no corpo e no espírito. Ao passo que aquela que é casada cuida das coisas do mundo, de como pode agradar a seu marido. Ora, isto eu digo para vosso benefício, e não para vos armar um laço, mas para promover o que é conveniente e tornar possível a vós a orardes a Deus sem distração" (7, 32-35).

### Uma boa razão

Não somente a recomendação do celibato, senão também a finalidade dêste, é claramente evidente nas palavras de S. Paulo. O homem não casado está livre das inquietações, ansiedades, responsabilidades e exigências sobre o seu tempo e atenção, as quais se originam da vida de casado e de família. Um homem casado não pode dedicar-se totalmente à obra do ministério; precisa também dedicar-se de coração à sua família. Ao passo que o homem não casado é livre de dar inteiramente sua atenção, tempo, amor e dedicação ao serviço daqueles que estão confiados ao seu cuidado, e pode assim fazer mais pela dilatação do reino de Deus na terra.

Destarte, há abundância de autorização para a vida de celibato no Novo Testamento, mas isto não é feito matéria de obrigação. E' apresentado como um meio mais estrito e mais perfeito de servir ao Senhor e aos seus

interesses, mas não é mandado. Consequentemente, por vários séculos existiu na Igreja um clero e sacerdócio e episcopado casados, embora ao mesmo tempo muitos membros do clero fôsem celibatários. Só depois de decorridos vários séculos foi que a Igreja começou a fazer do celibato matéria de obrigação para os que desejassem ingressar no ministério do sacerdócio. Uma das leis mais antigas foi feita pelo Concílio de Elvira, na Espanha, no século quarto, e, depois disso, um Concílio da Igreja após outro decidiu do mesmo modo, até que dentro em cem anos ou tanto a lei foi universal no mundo ocidental. Mas nos países do Oriente e do Extremo-Oriente tem sido prática da Igreja ordenar homens casados, mas, depois da sua ordenação, sacerdotes não-casados não têm tido permissão para se casarem. Assim a Igreja Católica sabe o que é ter um clero casado e não-casado.

Com a intenção de imitar Cristo, mulheres começaram a viver juntas uma vida religiosa no século terceiro. Acharnos que Agostinho, Bispo de Hipona, no norte da África, estabeleceu conventos para mulheres, e o celibato foi o modo de vida delas aprovado pela Igreja.

Esta insistência sobre o celibato para padres e freiras não implica, é claro, desconsideração, nem falta de aprêço, para com a santidade e nobreza do matrimônio cristão. Os padres e freiras católicos que negam a si mesmos a felicidade do casamento e

da vida de família são os últimos no mundo a poderem ser razoavelmente acusados de menosprezar o casamento. Em todos os tempos, êles têm constantemente ensinado que o Matrimônio é uma união sacratíssima, nobre em finalidade e instituída pelo próprio Deus. Como assinalamos alhures neste folheto, a Igreja ensina que o matrimônio é um Sacramento — que a própria permanência da

união resultante dos votos de marido e mulher de permanecerem fiéis um ao outro até à morte torna-se um canal através do qual o auxílio da graça de Deus flui para fortalecer marido e mulher, pai e mãe, em serem fiéis aos seus votos e em se desobrigarem perseverante e conscienciosamente das santas responsabilidades da paternidade.



## SUMARIO

|                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------|----|
| Se é a respeito da Igreja Católica... pergunte a um católico! | 3  |
| E' católico ou católico "romano"? .....                       | 5  |
| Que dizer sôbre fazer acréscimos à Palavra de Deus? .....     | 10 |
| Pedro, o Papa, e a infalibilidade .....                       | 16 |
| Sete Sacramentos — Nem mais... nem menos .....                | 23 |
| Onde é que o Purgatório é mencionado na Bíblia? .....         | 32 |
| Um só Mediador e Intercessor — Cristo, o Redentor.....        | 3  |
| Frades, freiras e abstinência às sextas-feiras .....          | 41 |





# *Julguemos os Católicos pela Bíblia*

## *Conteúdo:*

- Se é a respeito da Igreja Católica... pergunte a um católico!
- E' católico ou católico "romano"?
- Que dizer sobre fazer acréscimos à Palavra de Deus?
- Pedro, o Papa, e a infalibilidade.
- Sete Sacramentos — Nem mais... nem menos.
- Onde é que o Purgatório é mencionado na Bíblia?
- Um só Mediador e Intercessor — Cristo, o Redentor.
- Frades, freiras e abstinência às sextas-feiras.

Este caderno foi preparado pelos Cavaleiros de Colombo e traduzido para o português com a devida autorização.

Cum approbatione ecclesiastica